



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Reg. MAPA Nº BR 40

**REGULAMENTO DO SERVIÇO DE
REGISTRO GENEALÓGICO DAS
RAÇAS CAPRINAS
(RSRGC)**

APROVADO PELO MAPA EM 24/10/2017
Ofício nº 186/2017/SMA – Processo nº 210.002951/2017

OUTUBRO/2017

PARQUE DE EXPOSIÇÃO Prof. ANTÔNIO COELHO
Av. Caxangá, 2002 – Cordeiro – Recife – PE Fone/Fax: (81) 3228 2606 / 3226 7209
CEP 50.711-000 Caixa Postal 7222 CNPJ 11.547.684/0001-62
Site: www.abccaprinosa.com.br E-mail: abccaprinosa@hotmail.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE REGISTRO GENEALÓGICO **DAS RAÇAS CAPRINAS (RSRGC)**

CAPÍTULO I

DA ORIGEM E DOS FINS

Art. 1º - O Serviço de Registro Genealógico das Raças Caprinas, neste Regulamento designado SRGC, mantido pela Associação Brasileira de Criadores de Caprinos – ABCC, com sede e domicílio na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, nos termos da Lei nº 4.716, de 29/06/1965, do Decreto nº 8.236, de 05/05/2014 e da Instrução Normativa do MAPA nº 36, de 09/10/2014, será organizado e funcionará de conformidade com as disposições contidas no presente Regulamento, em todo o Território Nacional.

Art. 2º - Por força da Portaria Nº 60 de 30/11/1976, toda organização no registro e arquivos do SRGC ficarão a cargo da ABCC, que responderá pela exatidão dos mesmos e das certidões que expedir.

Parágrafo Único - Toda a execução dos trabalhos poderá ser efetuada utilizando os recursos eletrônicos, resguardada a segurança das informações.

Art. 3º - O SRGC terá por finalidade:

- a) Proceder ao Registro Genealógico em Caprinos, instituindo registros distintos em arquivos próprios para cada raça;
- b) Promover, pelos meios ao seu alcance, o desenvolvimento e a padronização das raças, variedades e tipos;
- c) Manter fiscalização em todos os criatórios que tenham animais registrados, para efeito de garantir a perfeita identificação dos reprodutores;
- d) Resolver todas as questões que surgirem em relação ao seu funcionamento, podendo encaminhar ao órgão competente do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, através da Superintendência do SRGC da ABCC, no caso de dúvidas ou omissões;



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

- e) Colaborar com a ABCC em todos os problemas nacionais atinentes à Caprinocultura;
- f) Promover a guarda dos documentos do Registro Genealógico;
- g) Prestar ao MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, as informações exigidas por força da Legislação ou Contrato, dentro dos prazos estabelecidos.

CAPÍTULO II **DA SUPERINTENDÊNCIA**

Art. 4º - O SRGC contará em sua estrutura com:

- a) Superintendência do Serviço de Registro Genealógico – SRG:
 - a.1) Superintendente Titular;
 - a.2) Superintendente Suplente;
 - a.3) Seção Técnica Administrativa – STA:
 - 1. Comunicação
 - 2. Análise de Documentos
 - 3. Processamento de Dados
 - 4. Expedição de Registro
 - 5. Arquivamento.
- b) Superintendência de Melhoramento Genético e Provas Zootécnicas
- c) Superintendência Técnica de Tecnologia da Informação
- d) Conselho Deliberativo Técnico - CDT;

Art. 5º - O SRGC será dirigido por um Superintendente Técnico, obrigatoriamente Médico Veterinário ou Zootecnista ou Engenheiro Agrônomo, que tenha, comprovadamente, conhecimentos técnicos e vivência na criação de caprinos.

§ 1º - O Superintendente do SRG será nomeado pelo Presidente e posteriormente credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º - O Superintendente do SRG, quando de sua assunção, apresentará à Diretoria da ABCC o nome do superintendente suplente, para fins de credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PARQUE DE EXPOSIÇÃO Prof. ANTÔNIO COELHO
Av. Caxangá, 2002 – Cordeiro – Recife – PE Fone/Fax: (81) 3228 2606 / 3226 7209
CEP 50.711-000 Caixa Postal 7222 CNPJ 11.547.684/0001-62
Site: www.abccaprinos.com.br E-mail: abccaprinos@hotmail.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 6º - O Superintendente do SRG terá as seguintes atribuições:

- a) Orientar, coordenar e dirigir os serviços de registro genealógico a cargo da ABCC;
- b) Representar o SRGC nos atos normais, inclusive exercendo a supervisão das Filiadas;
- c) Elaborar e apresentar à Diretoria da ABCC, semestralmente, relatório dos trabalhos da Superintendência de Registro Genealógico, com as observações que julgar conveniente, e um relatório geral no final do mandato;
- d) Designar e credenciar inspetores ou comissões de Registro Genealógico, encarregando-se dos trabalhos de identificação e inspeção dos animais a serem registrados;
- e) Consultar o Conselho Deliberativo Técnico, compulsoriamente, quando se tratar de assunto técnico não previsto neste Regulamento e nos padrões raciais oficiais;
- f) Vistar as fichas ou livros de registro e assinar os certificados de registro genealógico, bem como os pedidos de transferências;
- g) Participar das reuniões da Diretoria da ABCC, quando houver em pauta assuntos ligados ao SRGC;
- h) Emitir pareceres técnicos e instruir os processos a serem submetidos à apreciação da Diretoria da ABCC e do Conselho Deliberativo Técnico;
- i) Responsabilizar-se pelo acervo do Serviço de Registro Genealógico da raça ou espécie e informações nele contidas;
- j) Suspender ou cassar registro de animais, sempre que necessário, com base em fatos apurados;
- k) Negar pedido de registro de animais que não atenda ao Regulamento do Serviço de Registro Genealógico da raça ou espécie;
- l) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao Serviço de Registro Genealógico ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a qualquer tempo e sempre que solicitado;
- m) Realizar auditorias dos rebanhos de animais registrados, para verificar o cumprimento dos dispositivos regulamentares.

§ 1º – Ao suplente do Superintendente do SRG compete substituí-lo em seus impedimentos legais ou eventuais.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

§ 2º - A política de Melhoramento Genético e organização e supervisão de Provas Zootécnicas da ABCC é de responsabilidade do Superintendente Técnico de Melhoramento Genético e Provas Zootécnicas.

§ 3º - O Superintendente Técnico de Tecnologia da Informação responde pela informatização e banco de dados da ABCC.

Art. 7º - O Conselho Deliberativo Técnico - CDT, órgão de deliberação superior, integrante do Serviço de Registro Genealógico, será composto de pelo menos 11 (onze) membros, associados ou não, sendo que a metade mais 01 (um) deverá possuir formação profissional em Medicina Veterinária ou Zootecnia ou Engenharia Agrônoma, e presidida por um dos referidos profissionais, eleito entre seus pares.

§ 1º - O CDT contará, obrigatoriamente, entre seus integrantes, com um Médico Veterinário ou Zootecnista ou Engenheiro Agrônomo, designado pelo órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pertencente ao seu Quadro Pessoal, não podendo ser o presidente do referido Conselho.

§ 2º - O CDT reunir-se-á quando convocado pelo seu Presidente ou por solicitação de dois terços (2/3) dos seus membros.

§ 3º - A primeira reunião do Conselho Deliberativo Técnico deverá ser convocada pelo presidente da entidade, o qual dará posse aos conselheiros nesta ocasião.

§ 4º - As reuniões do CDT serão secretariadas por um dos membros que das mesmas fizer parte, e delas serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os presentes.

§ 5º - O Superintendente SRG será membro nato do CDT, ao qual fica vedada a presidência deste Conselho e o direito a voto quando se tratar de julgamento sobre seus atos.

§ 6º - O CDT deverá ter um regimento interno, aprovado pelo mesmo, que detalhará todas as funções, poderes, composição e deveres.

Art. 8º - O Conselho Deliberativo Técnico terá mandato de igual duração ao da Diretoria da ABCC, junto com a qual deverá ser eleito.

Art. 9º - O Conselho Deliberativo Técnico terá por finalidades principais:



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

- a) Redigir o Regulamento do SRGC, do qual os padrões raciais são parte integrante, sendo a redação submetida à aprovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- b) Deliberar sobre ocorrências relativas ao registro genealógico não previstas no Regulamento;
- c) Julgar recursos interpostos por criadores sobre atos do Superintendente do Serviço de Registro Genealógico;
- d) Propor alterações no Regulamento do SRGC, quando necessário, submetendo-as à apreciação e aprovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- e) Proporcionar respaldo técnico ao SRGC;
- f) Atuar, como órgão de deliberação e orientação, sobre todos os assuntos de natureza técnica e estabelecer diretrizes visando o desenvolvimento e melhoria das diversas raças caprinas.

Art. 10 - O criador ou proprietário, no prazo de quarenta e cinco dias, contado de sua notificação, poderá recorrer das deliberações do CDT ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na unidade da federação onde se localiza a sede da Associação.

Parágrafo único. O criador ou proprietário poderá recorrer das deliberações do CDT da entidade filiada ao CDT da entidade nacional e, em última instância, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposto no caput.

Art. 11 - Compete aos membros do CDT:

- a) Participar das reuniões do Conselho Deliberativo Técnico, sempre que convocado;
- b) Colaborar para o bom funcionamento do SRGC no Território Nacional;
- c) Relatar processos sobre assuntos técnicos.

Art. 12 - À Seção Técnica Administrativa – STA, compete, além do controle geral dos trabalhos concernentes à mecânica do Registro Genealógico:

- a) Cumprir e fazer cumprir as determinações do Superintendente do SRG;
- b) Abrir correspondência pertinente ao SRGC, providenciar sua anotação nos respectivos protocolos e dar curso imediato às comunicações de ocorrência;
- c) Redigir e expedir a correspondência a ser assinada pelo Superintendente do SRG;

PARQUE DE EXPOSIÇÃO Prof. ANTÔNIO COELHO
Av. Caxangá, 2002 – Cordeiro – Recife – PE Fone/Fax: (81) 3228 2606 / 3226 7209
CEP 50.711-000 Caixa Postal 7222 CNPJ 11.547.684/0001-62
Site: www.abccaprinis.com.br E-mail: abccaprinis@hotmail.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

- d) Verificar, com relação às comunicações de ocorrência, o exato cumprimento dos prazos estabelecidos neste Regulamento, levando ao conhecimento do Superintendente do SRG quando tal não se tiver verificado;
- e) Ter sob sua guarda imediata os livros, fichários e arquivos de uso exclusivo do SRGC, mantendo-os resguardados do acesso de estranhos;
- f) Comunicar imediatamente ao Superintendente do SRG, por escrito, para as providências cabíveis, quaisquer irregularidades ou anormalidades a que venha observar nas anotações de ocorrências referentes ao Registro Genealógico;
- g) Desempenhar outros encargos necessários ao bom e normal andamento dos trabalhos da STA, qualquer que seja a sua natureza.

CAPÍTULO III

DOS CRIADORES SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Art. 13 - Considera-se criador de caprinos, para efeito deste Regulamento, a pessoa física ou jurídica que se dedique à criação desses animais, em estabelecimentos próprios ou de terceiros, e que cumpra as disposições deste documento.

Parágrafo único – Na formação de condomínio, caracterizado pela junção de dois ou mais proprietários em um mesmo rebanho, deverá ser registrado novo afixo e indicação de um responsável perante o SRGC.

Art. 14 - Será facultado ao criador solicitar o seu cadastramento no SRGC, apresentando:

- a) Relação de animais de sua propriedade, com nome, sexo, idade, número do Registro, pelagem, número particular e respectivo grau de sangue;
- b) Denominação e local do estabelecimento, informando se é proprietário ou arrendatário;
- c) Declaração expressa de que conhece e aceita as prescrições deste Regulamento.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 15 - Será permitido à pessoa física ou jurídica cadastrada no SRGC designar representante, através de instrumento regular de procuração com definição dos poderes outorgados.

Art. 16 - O criador, para que possa obter as inscrições de seus produtos, será obrigado a possuir livro destinado ao registro de coberturas, nascimentos, óbitos e quaisquer outras ocorrências que se verifiquem com animais existentes no criatório, objetivando fornecer informações ao SRGC.

Art. 17 - O livro de que trata o artigo anterior terá suas folhas numeradas e escrituradas à tinta indelével, devendo ser rubricado pelo técnico do SRGC toda vez que comparecer ao estabelecimento.

§ 1º . Não serão registrados os produtos ou matrizes cujas coberturas não tenham sido objeto de anotação e/ou comunicação nos prazos previstos neste Regulamento.

§ 2º - Quando forem constatadas irregularidades nas anotações de cobertura ou nascimentos, nos impressos de escrituração zootécnica, os produtos constantes dessas comunicações terão seus registros negados automaticamente.

Art. 18 - O criador que requerer o Registro Genealógico de seus animais deverá fornecer condução de ida e volta, para locomoção do (s) representante (s) do SRGC, podendo optar pelo atendimento em condução dos propostos, pagando os emolumentos estipulados pela Associação à qual esteja filiado.

Parágrafo Único – em qualquer dos casos, o criador arcará, ainda, com as despesas de hospedagem e alimentação.

Art. 19 - A não apresentação do livro, ou a falta de quem possa atender ao técnico do SRGC, implicará em outra visita de inspeção marcada pelo Superintendente do SRG e às expensas do criador, sob pena de ser negado o registro ao produto objeto de exame e identificação.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 20 - Constitui obrigações do criador perante o SRGC:

- a) Cumprir as disposições deste Regulamento;
- b) Efetuar, pessoalmente ou por pessoa habilitada, as anotações de ocorrência no livro em seu poder;
- c) Comunicar, nos prazos estabelecidos neste Regulamento, as ocorrências verificadas com animais de sua propriedade ou que estejam sob sua responsabilidade, bem como as anotações lançadas no livro ou fichário;
- d) Manter rigorosamente em dia a escrituração dos livros;
- e) Assumir integralmente responsabilidades pelas anotações formuladas no livro por preposto ou representante seu, considerando-as, para todos os efeitos, como de sua autoria;
- f) Dispor de pessoa habilitada a prestar informações que forem solicitadas pelo técnico do SRGC em missão de registro;
- g) Efetuar, com pontualidade, os pagamentos dos emolumentos ou multas que lhe tenham sido aplicadas por desrespeito às disposições deste Regulamento;
- h) Facilitar ao técnico na inspeção de sua propriedade atendendo-o com cortesia, respondendo as indagações que por ventura venham a ser feitas e colocando à sua disposição os elementos necessários.

Art. 21 - O criador que não concordar com qualquer decisão do Inspetor de Registro poderá recorrer, em primeira instância, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ao Superintendente do SRG da respectiva Filiada. No caso de não aceitar a decisão do Superintendente poderá recorrer, em prazos iguais, ao Conselho Deliberativo Técnico da Filiada, e, posteriormente, ao Conselho Deliberativo Técnico da ABCC e em última instância ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

CAPÍTULO IV

DAS RAÇAS E DAS SUAS CLASSIFICAÇÕES PARA FINS DE REGISTRO

Art. 22 - Serão consideradas, para fins de Registro Genealógico, as seguintes raças:

- | | |
|----------------------|----------------|
| a) Alpina; | i) Jamnapari; |
| b) Alpina Americana; | j) Kalahari; |
| c) Alpina Britânica; | k) Mambrina; |
| d) Anglo Nubiana; | l) Moxotó; |
| e) Angorá; | m) Murciana; |
| f) Bhuj; | n) Saanen; |
| g) Bôer; | o) Savana; |
| h) Canindé; | p) Toggenburg. |

Parágrafo único - Outros grupos étnicos poderão ser enquadrados para fins de Registro, quando oficialmente forem reconhecidos como raça pelo MAPA, e cujos padrões raciais venham a ser descritos pelo Conselho Deliberativo Técnico da ABCC.

Art. 23 - Os registros genealógicos das raças caprinas serão efetuados nas categorias:

- I. Puros de Origem – PO;
- II. Puro Controlado – PC;
- III. Puro por Avaliação – PA;
- IV. Produtos de Cruzamento sob Controle de Genealogia - CCG.

CAPÍTULO V

DOS PADRÕES DAS RAÇAS

Art. 24 - Farão parte integrante do presente Regulamento, para efeito de Registro Genealógico, os padrões das raças da espécie caprina elaborados pelo Conselho Deliberativo Técnico e aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os quais servirão de orientação básica para fins de inspeção, julgamento e inscrição nos respectivos livros de Registro Genealógico, conforme descrição no **anexo III**.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

CAPÍTULO VI

DAS FILIADAS

Art. 25 - Caberá a ABCC executar o SRGC em todo o território nacional, diretamente ou através de subdelegação a associações de criadores, mediante contratos, visando a sua execução ao nível estadual; desde que essas associações estejam devidamente registradas no MAPA e que tais contratos sejam provados por aquele Ministério.

Art. 26 - Compete às associações Subdelegadas - denominadas Filiadas - nas suas respectivas jurisdições:

- a) Executar o SRGC e Provas Zootécnicas, sob orientação e fiscalização da ABCC, através da Superintendência do SRGC;
- b) Cumprir e fazer cumprir o Regulamento do SRGC, as normas referentes às Provas Zootécnicas, as instruções e normas elaboradas pela ABCC, e respeitada a legislação vigente;
- c) Submeter à apreciação do Superintendente SRG da ABCC para posterior avaliação e credenciamento pelo MAPA, currículos de técnicos qualificados, para escolha do Superintendente e seu suplente, que serão responsáveis pelo SRGC e Provas Zootécnicas na respectiva área de sua jurisdição da Filiada, sempre subordinados diretamente ao Superintendente da Nacional;
- d) Designar, para estagiar na ABCC, os técnicos habilitados, contratados ou não, que venham a executar atividades relacionadas com o SRGC, em sua área de jurisdição;
- e) Facilitar, no sentido de que haja uma perfeita padronização dos serviços, quanto aos critérios técnicos, cumprimento de normas, bem como na parte relacionada com o uso de impressos.

§ 1º – Aos Superintendentes do SRG das Filiadas incumbe:

- a) Vistar às fichas ou livros de registro, bem como assinar os certificados de registro e transferência;
- b) Constituir comissão de registro, integrada por inspetores técnicos, quando solicitado pelo criador;



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

- c) Receber e submeter ao Conselho Deliberativo Técnico os recursos dos criadores contra atos e decisões do Serviço de Registro, praticados na respectiva área de jurisdição;
- d) Elaborar e apresentar relatórios semestrais e anuais ao Superintendente do SRG da ABCC.

§ 2º - A ABCC e as Filiadas poderão rescindir os contratos de subdelegação, mediante simples comunicado, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou por inadimplemento de qualquer cláusula contratual, dando conhecimento do fato ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO VII

DO REGISTRO GERAL

Art. 27 - A escrituração do Serviço de Registro Genealógico será feita em livros, fichas ou sistemas eletrônicos apropriados, anotando-se todas as ocorrências de acordo com as instruções e normas instituídas pelo presente Regulamento e nos termos da legislação vigente.

Art. 28 - Aos padrões raciais já estabelecidos e aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, poderão ser acrescentados padrões de outras raças, bem como ser modificados os já existentes, quando houver razões de ordem técnica, objetivando a melhoria dos rebanhos, após parecer do Conselho Deliberativo Técnico da ABCC e aprovação do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Art. 29 - A ABCC deverá obedecer às normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na execução do Serviço de Registro Genealógico das Raças Caprinas, quanto às exigências para efeito de registro.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 30 - De acordo com o disposto no Art. 23º, as categorias referidas serão assim dispostas:

a) Categoria Puro de Origem - PO:

1. Produtos de acasalamentos entre animais da categoria PO;
2. Produtos importados como PO, de acordo com as informações oficiais do serviço de registro genealógico do país de origem e normas complementares do MAPA;
3. Produtos diretos dos acasalamentos entre animais machos PO com fêmeas inscritas no PC, cujos pais participem de provas de desempenho zootécnico ou programa de melhoramento genético ou realize escrituração zootécnica;

b) Categoria Puro Controlado - PC:

1. Produtos de acasalamento entre animais PC;
2. Produtos de acasalamentos entre reprodutores da categoria PO com matrizes da categoria PA;
3. Produtos de acasalamentos entre machos da categoria PA ou PC com matrizes da categoria PA;
4. Produtos de acasalamentos entre machos da categoria PO ou PC, devendo este último apresentar uma composição racial de 63/64 com matrizes da categoria CCG5, para os quais serão preservadas as genealogias oficialmente existentes e que constarão dos certificados de registro genealógico.

c) Categoria Puro por Avaliação - PA:

1. Animais, com genealogia desconhecida e que tenham caracterização racial perfeitamente definida;

d) Categoria por Cruzamento sob Controle de Genealogia - CCG:

1. CCG1 - Fêmeas com composição racial $\frac{1}{2}$, nascidos de cruzamento entre macho PO, PA ou PC e fêmeas de quaisquer raças ou de animais Sem Raça Definida (SRD);
2. CCG2 - Fêmeas com composição racial $\frac{3}{4}$, resultante do cruzamento de macho PO, PA ou PC de determinada raça, com fêmea CCG1, da mesma raça;
3. CCG3 - Fêmeas com composição racial $\frac{7}{8}$, resultante do cruzamento de macho PO, PA ou PC de determinada raça, com fêmea CCG2 da mesma raça;



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

4. CCG4 - Fêmeas com composição racial 15/16, resultante do cruzamento de macho PO, PA ou PC de determinada raça, com fêmea CCG3 da mesma raça;
5. CCG5- Fêmeas com composição racial 31/32, resultante do cruzamento de macho PO, PA ou PC de determinada raça, com fêmea CCG4 da mesma raça.

§1º Para serem inscritos no CCG os animais não poderão apresentar defeitos desclassificatórios para a espécie a ser controlada.

§2º Poderão ser inscritos como PA e PC, apenas os machos das raças Bhuj, Canindé, Jamnapari, Mambrina, Moxotó, Kalahari e Savana.

Art. 31 - Para os animais da categoria de registro PO e PC, será emitido o Registro Genealógico de Nascimento - RGN e o Registro Genealógico Definitivo – RGD, enquanto para CCG, será expedido somente o Certificado de Controle de Genealogia Definitivo.

§ 1º - Serão inscritos no RGN os filhos de animais portadores de RGD que atenderem às exigências deste regulamento.

§ 2º - Serão inscritos no RGD somente os animais portadores de caracterização racial perfeitamente definida, de acordo com o padrão da raça, devidamente identificados, em idade e aptos para a reprodução e que satisfaçam as demais exigências deste regulamento.

Art. 32 - Os registros genealógicos mencionados nos Artigos anteriores serão efetuados de acordo com os padrões das raças acima mencionados, os quais são partes integrantes deste Regulamento.

CAPÍTULO VIII

DOS MÉTODOS REPRODUTIVOS

Seção I

Das Cobrições

Art. 33 - Para fins do presente Regulamento considera-se como método de cobrição a monta natural e a inseminação artificial.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 34 - Para que os produtos sejam inscritos no Controle ou Registro de Nascimento, o criador deverá comunicar as cobrições em formulários próprios, fornecidos pelo SRGC, obedecendo às modalidades de cobrição previstas nos capítulos a seguir.

Parágrafo único - Todos os reprodutores utilizados em monta natural ou em colheita de sêmen em nível de propriedade deverão ter exame de DNA arquivados junto ao SRGC, para que seus produtos possam ser inscritos no RGN.

Seção II

Da Monta Natural (MN) da Origem e dos Fins

Art. 35 - É permitido as seguintes modalidades de monta natural (MN):

- a) Monta natural em regime de campo, desde que seja feita a indicação do dia a partir do qual determinado lote de matrizes foi solta com determinado reprodutor; essa comunicação deverá ser feita até o último dia do mês seguinte à entrada do macho no lote, e renovada no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados da data em que o reprodutor entrou no lote;
- b) A monta natural controlada, desde que seja feita a indicação do dia da cobrição.

§ 1º - As cobrições referidas na alínea "b" deste Artigo devem ser comunicadas mensalmente, dando entrada no protocolo do SRGC ou colocadas no correio até o último dia do mês seguinte.

§ 2º - Não ocorrendo fertilização, as cobrições consecutivas deverão, obrigatoriamente, ser comunicadas ao SRGC, dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º - Será considerada válida a comunicação de cobrição cuja data, acrescida do período de gestação, coincidir com a data do nascimento.

Art. 36 - A retirada ou substituição do reprodutor ou matriz do lote em regime de campo deve ser comunicada em impresso próprio, fornecido pelo SRGC, observando-se o seguinte:

- a) A fêmea retirada do lote, para troca de reprodutor, somente poderá ser submetida à nova cobrição em regime de campo após um intervalo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias;
- b) No caso da retirada do macho, somente poderá ser introduzido outro reprodutor, depois de decorrido intervalo de tempo igual ao da alínea anterior.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 37 - O criador poderá comunicar a cobrição envolvendo animais aguardando o Registro Definitivo, desde que os mesmos sejam resenhados e identificados, obrigatoriamente, pelo seu número de registro de nascimento ou numeração (tatuagem) particular.

Art. 38 - O período de gestação será considerado como mínimo de 140 (cento e quarenta) dias e máximo de 160 (cento e sessenta) dias.

§ 1º - Nos casos de partos prematuros ou além dos períodos acima estipulados, o aceite fica a critério do Superintendente do SRG.

§ 2º - O intervalo mínimo entre dois partos consecutivos de uma matriz será de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 39 - No caso do proprietário de um reprodutor emprestá-lo a outro criador, deverá o mesmo fazer a comunicação por escrito ao SRGC, mencionando o empréstimo e o respectivo prazo. Esse empréstimo deverá ser renovado semestralmente, caso a cessão ultrapasse esse período.

Art. 40 - As comunicações de cobrição serão efetuadas e assinadas pelos proprietários das matrizes ou seus representantes legais, sendo os produtos inscritos no controle ou Registro de Nascimento em nome do Proprietário.

Parágrafo único - No caso do empréstimo do reprodutor as comunicações de cobrições também deverão ser efetuadas pelo proprietário das matrizes, sendo os produtos inscritos no RGN em nome deste.

Seção III

Das Inseminações Artificiais

Art. 41 - O criador que desejar fazer uso da inseminação artificial em animais do seu rebanho, somente terá seus produtos inscritos no Registro Genealógico de Nascimento se comprovar, por exame de DNA, a qualificação de paternidade dos produtos.

§ 1º - A qualificação exigida no Caput deste Artigo será referente a amostras aleatórias, determinadas sob critérios do SRGC, de no mínimo 5% (cinco por cento) dos animais nascidos por criador, raça, rebanho e ano de nascimento, exceto o que prevê a letra "c" do Art. 42º.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

§ 2º - A exigência de que trata o Parágrafo anterior não se aplica aos animais da categoria CCG – Cruzamento sob Controle de Genealogia.

Art. 42 - Fica permitido o fracionamento de doses de sêmen, desde que atendidas às seguintes condições:

- a) O criador deverá fazer a comunicação em formulário próprio, assinado pelo Médico Veterinário responsável, contendo a autorização do fracionamento, a identificação das matrizes, do reprodutor utilizado e a data da inseminação;
- b) Poderá ser utilizada uma única dose de sêmen para fecundar até 4 (quatro) matrizes, de um mesmo proprietário ou de proprietários diferentes, desde que o fracionamento da dose de sêmen não comprometa a sua qualidade;
- c) Será exigido exame do DNA qualificando a maternidade e paternidade do produto;
- d) Não é permitido, em nenhum caso, o congelamento de dose de sêmen.

Art. 43 – Compete ao criador observar toda a legislação vigente sobre a colheita, industrialização, comercialização e importação de sêmen, bem como o seu uso; em especial nos seguintes aspectos:

- a) O sêmen a ser utilizado deve ter origem em estabelecimento produtor devidamente registrado no MAPA;
- b) O sêmen a ser utilizado deve ser oriundo de doadores oficialmente liberados pelo MAPA para fins comerciais.

Art. 44 – No caso específico do criador fazer colheita do sêmen em reprodutor de sua propriedade, para uso exclusivo em fêmeas do seu rebanho, não é permitida a sua utilização em matrizes de terceiros, para fins de Registro Genealógico de Nascimento dos produtos.

Parágrafo Único - Nos casos citados neste Artigo, o criador deverá comunicar ao SRGC, mensalmente, todas as colheitas efetuadas, identificando cada reprodutor, com nome, número de RGD, raça e categoria do registro. Essa comunicação deverá ser assinada pelo Médico Veterinário responsável pela colheita e industrialização do sêmen.

Art. 45 - Para que os produtos possam receber RGN, é necessário que os reprodutores sejam inscritos no órgão competente do MAPA, como doadores de sêmen.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 46 - A colheita, a industrialização e a comercialização de sêmen, bem como o seu uso, obedecerão à legislação vigente.

Art. 47 - No caso do afastamento do reprodutor, do regime de colheita de sêmen, a ABCC deve ser comunicada até 30 (trinta) dias após o evento. Caso o afastamento seja por morte, é necessário que o comunicado venha acompanhado do "Atestado de óbito", firmado pelo Médico Veterinário responsável.

Seção IV

Das Transferências De Embriões – TE e Fecundações “in vitro” – FIV

Art. 48 - O criador que desejar inscrever no RGN produtos oriundos das técnicas de Transferência de Embrião – TE ou Fecundação “in vitro” – FIV, deverá comprovar a aquisição do embrião através da remessa ao SRGC, de via da Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento produtor ou comercializador, devidamente registrado no órgão competente do MAPA, contendo o seu nome completo, a data da aquisição e o número de embriões vendidos, além da identificação da matriz doadora e do reprodutor utilizado, com o nome, número de RGD, raça e categoria a que pertencem, bem como, a identificação da matriz receptora, caso o embrião tenha sido implantado.

Art. 49 - É permitida a transação de embriões transferidos, como venda, doação e cessão, desde que seja apresentado ao SRGC a ADT – Autorização de Transferência comprovando a transação; e, para os casos de embriões ou ovócitos congelados, além da exigência anterior, que a origem seja comprovadamente de estabelecimento produtor de embriões devidamente registrado no MAPA, ou importado nos termos da legislação vigente.

§ 1º - No caso de sucessão por herança, é permitida a passagem dos estoques de embriões ou ovócitos de um criador para outro, mediante apresentação do formal de partilha.

§ 2º - No caso de pessoa física passar à jurídica ou vice-versa, é permitida a reversibilidade dos estoques de embriões ou ovócitos existentes em nome de qualquer das pessoas físicas que integram a jurídica ou da jurídica para qualquer das pessoas físicas que a compunham; desde que o pedido seja acompanhado da respectiva autorização de transferência e obedecido as demais determinações deste regulamento.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 50 - O criador que fizer colheita de embriões ou ovócitos, envolvendo matrizes, reprodutores ou sêmen de sua propriedade, para seu uso exclusivo, deverá comunicar mensalmente ao SRGC todas as colheitas efetuadas identificando a matriz doadora e, no caso de embriões, também o reprodutor utilizado, com nome, número de RGD, raça e categoria de registro a que pertencem.

Parágrafo Único - No caso específico do criador fazer colheita de embriões ou ovócitos em matrizes de sua propriedade, para seu uso exclusivo, não é permitida a comercialização, doação ou cessão de embriões para fins de Registro Genealógico de Nascimento dos produtos.

Art. 51 - Para que o produto oriundo da Transferência de Embriões – TE ou FIV, possa ser inscrito no RGN, devem ser observados os seguintes critérios:

- a) A matriz doadora e o reprodutor utilizado para fecundá-la devem ser portadores de RGD e identificados por exame de DNA;
- b) Deve ser feita a comunicação da cobertura, da colheita dos embriões e implante dos mesmos, através de formulários próprios, fornecidos pelo SRGC, assinados pelo Médico Veterinário Responsável;
- c) Deve ser feita a Comunicação de Nascimento, em impresso próprio fornecido pelo SRGC ou fazê-la na CDN normal, mencionando o fato e identificando a matriz receptora;
- d) Deve ser feito teste de DNA, a partir da idade mínima estipulada pelo laboratório de imunogenética; somente após a qualificação apresentada em laudo, é que poderá ser concedido o RGN do produto.

Parágrafo Único - Os exames de DNA deverão ser realizados de acordo com as normas vigentes, somente em laboratórios de imunogenética devidamente credenciados pelo MAPA. Cópias dos resultados das análises efetuadas deverão ser encaminhadas diretamente ao SRGC.

Art. 52 - O SRGC, sempre que julgar necessário poderá exigir novos exames de DNA da matriz doadora, do reprodutor utilizado e do produto, a expensas dos respectivos proprietários. Caso as dúvidas suscitadas não possam ser solucionadas, será recusado o RGN do produto.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 53 - A receptora deverá ser perfeitamente identificada, através de marcas e números e, preferencialmente, deverá pertencer a uma raça diferente da raça da doadora.

Art. 54 - O período normal de gestação, envolvendo transferência de embriões, será de no mínimo, 140 (cento e quarenta) dias e, no máximo, de 160 (cento e sessenta) dias, dividido em duas etapas distintas:

- a) A primeira etapa é contada na matriz doadora, a partir da data de cobertura até a colheita dos embriões;
- b) A segunda etapa é contada na receptora, a partir da data de implante do embrião até a data do parto, independentemente do intervalo existente entre a primeira e a segunda etapa.

Art. 55 - Caso ocorra parto duplo ou múltiplo, independentemente do número de embriões transferidos, o fato deverá ser notificado.

Art. 56 - O produto obtido através da TE, será identificado de acordo com a regulamentação para o RGN, podendo constar, em seu nome, o sufixo TE, independentemente de qualquer outro utilizado pelo criador.

Art. 57 - Mediante comunicações específicas e/ou impressos padronizados, produtos oriundos das técnicas de bipartição de embriões ou da fecundação In Vitro – FIV, poderão ser inscritos no RGN, observados os seguintes procedimentos:

- a) O criador deverá fazer a comunicação em formulário próprio, assinado pelo Médico Veterinário responsável, contendo a identificação da doadora, do (s) reprodutor (es) utilizado (os), a data da colheita dos ovócitos, a data da FIV e a data da transferência dos embriões;
- b) O prazo de gestação será contado a partir da data indicada como sendo a da FIV;
- c) Poderá ser utilizada uma única dose de sêmen para fecundar vários ovócitos, da mesma doadora ou de doadoras diferentes;
- d) Será permitida também a utilização de mais de uma dose de sêmen, do mesmo reprodutor ou de reprodutores diferentes, em uma mesma FIV, desde que o fato seja registrado na comunicação ao SRGC;



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

- e) Em quaisquer dos casos será exigido exame de DNA do produto, do pai e da mãe, para concessão do RGN; e, nos casos do uso de ovócitos ou sêmen de mais de um doador na mesma FIV, será exigida a confirmação de parentesco excludente, ou seja, de cada um dos produtos com todos os reprodutores ou matrizes utilizados, conforme o caso, vindo o produto a ser inscrito no SRGC com a paternidade e/ou maternidade do doador que se qualificar e mediante a não qualificação como filho perante os demais doadores utilizados;
- f) No caso de o criador vir a usar sêmen de propriedade de terceiros, este deverá apresentar ao SRGC, documento legal comprovando a transação de acordo com o que dispõe esse regulamento;
- g) Uma vez implantados os embriões oriundos da técnica de FIV, os produtos seguem a mesma regulamentação prevista para a técnica de Transferência de Embriões – TE desse regulamento.

Art. 58 - A título precário, é permitida a utilização de sêmen de reprodutores mortos antes de terem sido submetidos ao exame de DNA, desde que esses reprodutores estejam inscritos de acordo com as normas legais da época e anteriores à Portaria n.º 196, de 04/08/83.

Art. 59 - A produção de embriões para comercialização, visando o RGN dos produtos, poderá ser feita somente mediante contrato entre o proprietário da matriz doadora e um estabelecimento industrial de embrião devidamente registrado no órgão competente do MAPA.

Art. 60 - A colheita, a industrialização e a comercialização de embriões, bem como o seu uso, obedecerão à legislação vigente.

Seção V

Da Transferência Nuclear – TN (clonagem)

Art. 61 - Os produtos clones resultantes de transferência nuclear (TN) poderão ser inscritos no SRGC desde que atendidas todas as normas determinadas pelo MAPA e que estejam em conformidade com a legislação em vigor e com as determinações contidas neste regulamento.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 62 - Os produtos de transferência nuclear (TN) poderão ser resultantes de núcleos de células doadoras provenientes de embriões ou de células somáticas, sendo que estas serão colhidas de animais adultos, com autorização prévia do proprietário do animal doador por escrito e com firma reconhecida, cultivadas em laboratório e crio preservadas em nitrogênio líquido.

§ 1º - o doador nuclear, quando o material biológico a ser clonado for oriundo de células somáticas, deverá, obrigatoriamente, ser portador de registro genealógico de nascimento ou definitivo, de acordo com as exigências do SRGC compatíveis com sua idade.

§ 2º - quando o material biológico a ser clonado for oriundo de células embrionárias, o doador (embrião) deverá ser, oportuna e obrigatoriamente, inscrito no SRGC de acordo com as normas contidas neste regulamento.

§ 3º - outras origens de material biológico a ser clonado poderão ser autorizadas, desde que referendadas pela comunidade científica e pelo MAPA, bem como do proprietário do animal doador do material biológico.

Art. 63 - Para que os produtos resultantes de TN possam ser inscritos no SRGC é obrigatória a apresentação de uma autorização formal do proprietário das células doadoras de núcleos, com firma reconhecida em cartório.

Art. 64 - A doadora do ovócito enucleado deve ser uma matriz portadora de registro genealógico da mesma raça do indivíduo clonado.

Art. 65 - Os produtos resultantes da TN, para receberem o RGN, terão que ter, além das exigências anteriores, obrigatoriamente:

- a) Análise do DNA da linhagem celular (núcleo doador);
- b) Análise do DNA da doadora do ovócito enucleado;
- c) Análise do DNA do produto resultante de TN;
- d) Laudo laboratorial, comprovando a absoluta igualdade genética entre as análises dos itens "a" e "c" e, ainda, expressando de forma clara, os procedimentos técnicos de análise molecular que confirmam o produto resultante da TN.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 66 - Os produtos resultantes da TN, portadores de RGN, somente poderão receber RGD se, para os machos for apresentado exame andrológico que o qualifique como apto à reprodução e, para as fêmeas, laudo qualificando-a como doadora de ovócitos.

Art. 67 - Somente poderão ser inscritos no SRGC, os produtos resultantes de TN produzidos em laboratórios devidamente credenciados no órgão competente do MAPA e nos quais os doadores nucleares tenham sido registrados para TN.

Art. 68 - Os produtos resultantes de TN, que atenderem aos requisitos para inscrição no SRGC, terão como padrão na composição de seu certificado de registro genealógico:

- a) O nome do doador nuclear acrescido das iniciais TN e uma série numérica crescente que será definida pelo SRGC, iniciando-se no número 1 (um), que se referirá ao número do clone de acordo com sua ordem cronológica de nascimento;
- b) O número de registro genealógico do doador nuclear, acrescido das iniciais "TN" e da série numérica crescente, conforme definida no item "a" acima;
- c) O número de registro genealógico da doadora do ovócito enucleado;
- d) O nome do proprietário das células doadoras de núcleos;
- e) O nome do proprietário do animal doador resultante de transferência nuclear.

Art. 69 - Os produtos resultantes de TN deverão ser identificados com as letras "TN" abaixo da tatuagem na Orelha Direita do animal.

Art. 70 - Os produtos resultantes de TN, desde que nascidos e viáveis e que tenham atendido o que determina este regulamento, passam, automaticamente, a ter as mesmas condições e tratamentos que o seu doador nuclear frente ao SRGC.

CAPÍTULO IX

DOS NASCIMENTOS

Art. 71 - Para que o produto seja inscrito no Registro Genealógico de Nascimento - RGN, o seu nascimento deverá ser comunicado em formulário próprio, padronizado pelo SRGC, corretamente preenchido, devendo dar entrada no protocolo do SRGC até o último dia do mês seguinte ao do nascimento.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Parágrafo Único - A comunicação de nascimento, feita pelo criador, é considerada como pedido de inscrição do produto no RGN.

Art. 72 - O criador poderá comunicar nascimento de produto, filho de pais aguardando RGD, desde que os mesmos sejam resenhados e identificados, obrigatoriamente, pelo nome e seu número de RGN ou numeração particular, quando não possuírem aquele registro.

§ 1º - O produto filho de pais aguardando RGD, somente poderá receber RGN quando seus pais receberem aquele registro, antes da sua desmama.

§ 2º - O produto perderá o RGN, automaticamente, quando qualquer de seus pais vier a morrer antes de receber o RGD.

Art. 73 - No preenchimento das comunicações de nascimentos o criador deverá observar os seguintes itens:

- a) Todo parto de matriz portadora de RGD, inclusive aborto, deverá ser comunicado, independentemente da possibilidade de inscrição do produto no RGN;
- b) No caso do nascimento de gêmeos, o fato deve ser mencionado na comunicação. A numeração deverá ter sequência normal; cada produto com seu número e nome;
- c) Quando ocorrer o nascimento de produto filho de matriz adquirida em gestação, o seu proprietário deverá mencionar o nome do criador, da fazenda, município e unidade da federação, que efetuou a comunicação da cobrição;
- d) No caso de morte da mãe do produto ou impossibilidade de amamentação, o fato deverá ser mencionado, identificando a ama, quando for o caso.

CAPÍTULO X

DA IDENTIFICAÇÃO: MARCAS, TATUAGENS, NOMES E AFIÇOS

Das Tatuagens

Art. 74 - Os animais controlados ou registrados serão identificados por tatuagens efetuadas exclusivamente por Inspectores de Registro, nas orelhas e na cauda, conforme segue:



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

1 – Na orelha direita, os dígitos correspondem a:

1.1 – O número de identificação da Unidade da Federação, estabelecido pela ABCC, constituído por dois dígitos de acordo com a lista a seguir:

01 – ACRE	15 – PARÁ
02 – ALAGOAS	16 – PARAIBA
03 – AMAPÁ	17 – PARANÁ
04 – AMAZONAS	18 – PERNAMBUCO
05 – BAHIA	19 – PIAUÍ
06 – CEARÁ	20 – RIO DE JANEIRO
07 – DISTRITO FEDERAL	21 – RIO GRANDE DO NORTE
08 – ESPÍRITO SANTO	22 – RIO GRANDE DO SUL
09 – TOCANTINS	23 – RONDÔNIA
10 – GOIÁS	24 – RORAIMA
11 – MARANHÃO	25 – SANTA CATARINA
12 – MATO GROSSO	26 – SÃO PAULO
13 – MATO GROSSO DO SUL	27 – SERGIPE
14 – MINAS GERAIS	

1.2 – A identificação do criatório, dentro de cada Unidade da Federação, estabelecida pelo SRGC, através das filhadas em sua área de atuação, ou mesmo diretamente pela ABCC, constituídas por três dígitos, utilizando-se a seqüência de 001 a 999, e, a seguir, combinações de números e letras, quando esgotada a seqüência.

2 – Na orelha esquerda, os dígitos correspondentes a:

2.1 – Última dezena do ano em que nasceu o animal;

2.2 – Número de ordem de nascimento do animal no criatório, constituído por três dígitos, iniciando-se em 001 e até 999, utilizando-se, quando esgotada a seqüência, a combinação de números e letras, sendo seqüência única para todas as raças existentes na propriedade e iniciando-se uma nova seqüência a cada ano.

§ 1º - Quando da Inspeção para controle de Registro Genealógico de Nascimento, além das tatuagens contendo a numeração conforme o capt deste artigo, deverá ser colocada pelo Inspetor de Registro, o logotipo da ABCC, denominado de "SINETE", na orelha direita para animais das categorias PC e CCG, e na orelha esquerda para categoria PO.

PARQUE DE EXPOSIÇÃO Prof. ANTÔNIO COELHO
Av. Caxangá, 2002 – Cordeiro – Recife – PE Fone/Fax: (81) 3228 2606 / 3226 7209
CEP 50.711-000 Caixa Postal 7222 CNPJ 11.547.684/0001-62
Site: www.abccaprinos.com.br E-mail: abccaprinos@hotmail.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

§ 2º - Quando da inspeção para o Registro Genealógico Definitivo, deverá ser tatuado na prega da cauda pelo inspetor de registro o logotipo da ABCC, denominado de "SINETE".

§ 3º - Para efeito de número de registro do animal, serão considerados os 10 (dez) dígitos tatuados nas orelhas dos animais, ou seja, a TOD mais a TOE resultam no Nº de RG do animal.

Dos Nomes e dos Afixos (Prefixo e Sufixo)

Art. 75 - Todo animal registrado terá um nome de livre escolha do proprietário, reservando-se, todavia, o SRGC, o direito de censura para os que julgar impróprios.

§ 1º - Todo o criador que possuir animais registrados terá obrigatoriamente, que registrar, também, Afixo (Prefixo ou Sufixo) designativo para os animais de sua propriedade. Para tanto, deverá submetê-lo à apreciação do SRGC, tendo o direito de utilizá-lo somente com a aprovação da ABCC.

- a) O criador enviará lista tríplice de solicitação de Afixos, em ordem de preferência para homologação;
- b) Respeitada a preferência, o SRGC homologará aquele que atender as exigências de unicidade e exclusividade, sendo permitidos para homologação e registro o número máximo de 25 (vinte e cinco) caracteres para Afixo e 30 (trinta) caracteres para nome;
- c) No ato da solicitação do registro do Afixo, o criador deverá optar por SUFIXO ou PREFIXO;

§ 2º - A homologação do AFIXO é da competência exclusiva do Superintendente da ABCC;

§ 3º - O criador pode optar por numeração mais o afixo em substituição ou adição ao nome;

§ 4º - O SRGC manterá um arquivo de afixos já usados e dos que vierem a ser solicitados, estabelecendo prioridades de acordo com a ordem de entrada dos pedidos;

§ 5º - O Afixo é único por criador e seu uso é restrito ao detentor deste até o cancelamento dos direitos de uso e posse;



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

§ 6º - O Criador poderá solicitar registro de no máximo 02 (dois) afixos, para uso em propriedades e/ou raças diferentes, devendo informar-lo em destaque nas Comunicações, não sendo responsabilidade da Associação o erro ou anotações indevidas;

§ 7º - O Criador poderá solicitar ao SRGC mudança de afixo. Entretanto, ocorrendo o ato homologatório do novo afixo pelo SRGC, o criador estará automaticamente abdicando-se dos direitos de uso e posse do afixo anterior para registro de novos animais;

§ 8º - No caso de registro de 2º Afixo ou mudança de afixo, o criador deverá fazer pagamento da taxa de registro de afixo;

§ 9º - O uso e posse do Afixo poderá ser transferida para outro criador mediante autorização expressa de seu detentor junto ao SRGC, observando-se as condições de abdicação mencionadas no parágrafo § 7º.

a) Em caso de transferência o novo proprietário deverá fazer o pagamento da taxa de registro de Afixo.

§ 10º - Não será permitida a substituição de nome de animais já registrados;

§ 11º - O Superintendente providenciará a individualização dos eventuais homônimos

CAPÍTULO XI

DO CERTIFICADO DE REGISTRO GENEALÓGICO

Art. 76 - O certificado de registro genealógico será padronizado pelo SRGC, de acordo com modelo definido pelo Conselho Deliberativo Técnico e aprovado pelo MAPA.

Art. 77 - O certificado de registro genealógico deverá conter as genealogias oficiais conhecidas, até três gerações ascendentes, no mínimo.

Art. 78 - Após a inscrição do animal no RGN, e inspeção do técnico para controle dos animais, será emitido o respectivo certificado de registro genealógico.

Art. 79 - O animal portador de RGN, ao ser aprovado para o RGD, terá o seu certificado de registro genealógico validado, através de um selo adesivo, de uso exclusivo do SRG, colocado em local próprio; recebendo a rubrica do técnico qualificado que efetuou a inspeção ou do Superintendente Técnico.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 80 - A autenticação dos certificados emitidos pelo SRGC bem como a validação através do selo adesivo, é garantida pela assinatura ou chancela do Superintendente do SRG ou dos seus representantes, todos devidamente credenciados.

Art. 81 - O Certificado de Registro Genealógico será nacionalmente padronizado pela ABCC, para todas as raças, devendo nele constar pelo menos as seguintes informações:

- Número do Registro Genealógico no SRGC;
- Nome do animal;
- Data do nascimento;
- Raça;
- Sexo
- Categoria de Registro;
- Grau de Sangue;
- Especificação das tatuagens ou símbolos existentes nas orelhas e na cauda;
- Pelagem;
- Filiação, com nomes e números de Registro dos pais, avós e bisavós com suas respectivas informações de desempenho, quando existirem.
- Criador;
- Proprietário;
- Data de emissão; e
- Assinatura do Superintendente do Serviço de Registro Genealógico ou assinatura eletrônica, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

§ 1º – Os Certificados de Registro conterão, ainda, em seu cabeçalho, a seguinte inscrição:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAPRINOS
REGISTRO NO MAPA SOB Nº 40 BR
SERVIÇO DE REGISTRO GENEALÓGICO DAS RAÇAS CAPRINAS
(Vide Modelo Anexo IV)

§ 2º - O nome do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO deverá ser grafado em caixa alta, em caracteres uniformes em corpo e cor, e em destaque comparando-se aos demais dizeres.

PARQUE DE EXPOSIÇÃO Prof. ANTÔNIO COELHO
Av. Caxangá, 2002 – Cordeiro – Recife – PE Fone/Fax: (81) 3228 2606 / 3226 7209
CEP 50.711-000 Caixa Postal 7222 CNPJ 11.547.684/0001-62
Site: www.abccaprinos.com.br E-mail: abccaprinos@hotmail.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

CAPÍTULO XII

DO REGISTRO GENEALÓGICO

Art. 82 - A inspeção para o Registro Genealógico de Nascimento (RGN) deverá ser realizada até 6 (seis) meses de idade.

Parágrafo único – Após este prazo o criador estará sujeito a:

- a) Entre 6 (seis) e 10 (dez) meses, multa crescente e exame de DNA para verificação de parentesco, a ser realizado em 10% dos produtos envolvidos na inspeção;
- b) Após 10 (dez) meses, além da multa crescente, obrigatoriamente o exame de DNA para verificação de parentesco de todos os produtos envolvidos, acrescido de avaliação para RGD.

Art. 83 - Só terão direito ao Registro Genealógico Definitivo – RGD, os animais que, após inspeção, atendam às seguintes condições:

- a) Não tenham defeitos desclassificatórios;
- b) Reúnam os requisitos exigidos para obtenção do Registro na Categoria a que se propõem;
- c) Estejam dentro dos padrões raciais aprovados para a raça;
- d) Já estejam tatuados nas duas orelhas, conforme descrito no Art. 64;
- e) Tenham idade mínima de 10 (dez) meses (machos e fêmeas).

Parágrafo único - Na solicitação de inspeção para Registro Definitivo, o criador, ao apresentar seus animais ao inspetor ou comissão de registro, deverá identificar-se como proprietário do animal através do Certificado de Registro Genealógico de Nascimento (RGN), Autorização de Transferência (ADT) ou documento hábil de propriedade.

Art. 84 - Solicitada a inspeção, na forma já estabelecida, competirá ao inspetor:

- a) Conferir no animal as tatuagens já existentes, bem como os dados constantes em seu RGN;
- b) Inspecionar o animal, avaliar a sua conformação morfológica e padrão racial, admitindo-o, ou não, ao Registro Definitivo;
- c) Orientar tecnicamente o criador na organização da escrituração zootécnica e na seleção ou melhoria do rebanho.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

§ 1º - Realizar o registro Seletivo que será efetivado a partir da avaliação das características morfológicas, correlacionadas com os dados da produção;

§ 2º - O Registro Seletivo objetiva a classificação de reprodutores e matrizes de boa conformação para produção, mediante a Tabela de Pontos dos Padrões Raciais, elaborada pela ABCC e aprovada pelo MAPA e que faz parte integrante deste regulamento (anexo II);

§ 3º - Os animais serão classificados em quatro classes, assim discriminadas:

EXCELENTE – Classificados com 90 pontos ou mais;

MUITO BOM – Classificados 76 pontos até 89;

BOM – Classificados com 65 pontos até 75;

REGULAR – Classificados com 50 pontos até 64.

Art. 85 - Todo animal registrado, cujas características não estejam enquadradas no padrão racial ou que reproduza taras e / ou defeitos desclassificantes comprovados em sua descendência, ou ainda, cujas informações de escrituração zootécnica não correspondam aos arquivos do SRGC, poderá ser eliminado do registro genealógico, após análise e parecer de Comissão Técnica, designada especialmente pelo Superintendente do SRGC para estudar o caso.

Parágrafo Único - O SRGC se reserva o direito de "borrar" e de inutilizar as tatuagens, números ou sinete, do registro no animal, caso considere necessário.

CAPÍTULO XIII

DA PROPRIEDADE E DE SUA TRANSFERÊNCIA

Art. 86 - Toda mudança de propriedade de animal, portador de RGN ou de RGD, deverá ser comunicada ao SRGC, em formulário próprio, padronizado, logo após a concretização do ato que deu origem a ela; devendo o certificado de registro genealógico acompanhar a comunicação.

§ 1º - A transferência de animal de proprietário falecido somente será efetuada mediante a apresentação do formal de partilha, transitado em julgado, ou pela assinatura do inventariante, mediante autorização judicial; identificando o animal pelo seu nome e número de registro.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

§ 2º - No caso de mudança da razão social de empresas, parcerias, condomínios, destrato, incorporação ou desincorporação, será obrigatória a apresentação do documento hábil que comprove a alteração ocorrida, bem como a relação dos animais a serem transferidos.

Art. 87 - A autenticidade da transferência de propriedade do animal, somente será reconhecida pelo SRGC, após as anotações devidas no respectivo certificado e ficha, e emissão da Comunicação de Transferência, com assinatura do Superintendente do SRGC ou seu preposto.

Art. 88 - Será aceito Termo de Comodato de animais (machos e fêmeas) entre criadores para fins de Registro Genealógico.

CAPÍTULO XIV

DA MORTE

Art. 89 - É obrigatória a comunicação, por escrito, da morte ou descarte de animal registrado, em impresso fornecido pelo SRGC, acompanhado do certificado correspondente, até o último dia do mês subsequente ao evento.

Parágrafo Único - A falta de comunicação ao SRGC dos descartes e mortes no rebanho incorrerá em multa equivalente ao valor do emolumento de um RGN de PO, para cada ocorrência verificada.

CAPÍTULO XV

DOS EMOLUMENTOS

Art. 90 - Serão cobrados emolumentos por todos e quaisquer serviços prestados pelo SRGC. Esses emolumentos serão estabelecidos em Assembléia Geral da ABCC e aprovados pelo MAPA.

Parágrafo Único - Os emolumentos de transferência por doação, sucessão, fusão ou estabelecimento de condomínios e quaisquer outras situações, também serão devidos.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 91 - A ABCC poderá cobrar do criador valores referentes à manutenção do arquivo do SRGC.

Art. 92 - As Entidades de Pesquisa Agropecuária, Universidades, Faculdades, Associações Civas ou Fundações com finalidade de pesquisa, ensino ou fomento agropecuário, poderão, a critério da diretoria da ABCC, ser dispensadas do pagamento ou terem redução dos valores dos emolumentos.

Art. 93 - Ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e Municipais que mantêm ou venham a manter contratos com a ABCC, visando à execução de serviços de registros genealógicos, provas zootécnicas e pesquisas, não serão cobradas taxas de quaisquer espécies.

CAPÍTULO XVI

DAS PENALIDADES

Art. 94 - Não serão aceitas comunicações, a não ser nos impressos próprios e prazos estabelecidos no presente regulamento.

Art. 95 - Além de cancelar o registro do respectivo animal, bem como dos seus descendentes, quando for o caso, o Serviço de Registro Genealógico das Raças Caprinas, através da ABCC ou de sua Filiada, poderá representar criminalmente, independente de qualquer aviso ou notificação, contra o criador que:

- a) Propor animal para inscrição no Registro Genealógico de caprinos, utilizando-se de documentos falsos ou declarações comprovadamente inverídicas;
- b) Alterar, rasurar ou viciar qualquer documento expedido pelo Serviço de Registro Genealógico, especialmente o que servir para identificação do animal;
- c) Tiver apresentado, para identificação, animal que não seja o próprio;
- d) Utilizar indevidamente as marcas de uso privativo do Serviço de Registro Genealógico das Raças Caprinas.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Parágrafo Único – O cancelamento do qual trata o presente Artigo será determinado pelo Superintendente do Serviço de Registro Genealógico após comprovada a fraude em processo regular e assegurado, ao criador envolvido, amplo direito de defesa.

Art. 96 - Serão rejeitadas quaisquer comunicações que vierem em modelos diferentes, com dados insuficientes, ilegíveis, rasuradas e/ou sem assinatura.

Parágrafo Único - O SRGC não se responsabilizará pela perda dos prazos, em decorrência da devolução de quaisquer comunicações rejeitadas, por um dos motivos citados no caput deste Artigo.

Art. 97 - A falta de cumprimento de qualquer das disposições deste Regulamento, bem como dos pagamentos dos emolumentos devidos, dará lugar à rejeição de qualquer solicitação do criador faltoso, até regularização da respectiva situação.

CAPÍTULO XVII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 98 - Os Certificados de Registro a serem utilizados no SRGC serão padronizados pela ABCC e posteriormente aprovados pelo MAPA.

Art. 99 - Todos os documentos recebidos, pertinentes ao SRGC, serão protocolados, prevalecendo a data do protocolo interno, ou a data da entrada nos correios, conforme o caso, como base para qualquer contagem de prazo.

Art. 100 - As comunicações feitas fora dos prazos regulamentares poderão ser aceitas, desde que o criador efetue pagamento de multa correspondente ao atraso e que haja aprovação da Superintendência do SRGC.

Art. 101 - Qualquer anotação, alteração ou rasura nos documentos ou certificados emitidos pelo SRGC os tornará sem efeito, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis

Parágrafo Único - No caso de enganos, omissões ou erros, no preenchimento dos documentos ou certificados, o proprietário do animal deverá recorrer ao SRGC, para as retificações necessárias e cabíveis.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

Art. 102 - Para melhor funcionamento do SRGC serão organizados arquivos individuais para cada criador, por raça e categoria de registro, contendo anotações e todos os documentos recebidos e expedidos.

Art. 103 - O SRGC se reserva o direito de inspecionar a escrita e os animais registrados, onde se encontrarem, devendo os proprietários, promover todas as facilidades para tais inspeções.

Art. 104 - Mediante a apreciação da escrituração zootécnica da propriedade, a critério da Superintendência Técnica do SRGC, ouvida uma comissão composta por pelo menos três membros do quadro efetivo da entidade, especialmente designada para tal fim, poderá ser permitida a inclusão de animais que perderam a inscrição no registro genealógico de nascimento, desde que sejam feitos testes de verificação de parentesco através de exame de DNA.

Art. 105 - Toda e qualquer pessoa credenciada pela Superintendência do SRG, que estiver desempenhando trabalho relacionado com os registros genealógicos ou provas zootécnicas, em uma fazenda, tem autoridade para inspecionar o rebanho e a escrituração zootécnica do criador.

Parágrafo Único - Quando ocorrer a inspeção na escrituração zootécnica, a pessoa que a efetuar deverá, por todos os meios ao seu alcance, verificar a autenticidade das informações anotadas, datar e assinar os documentos vistoriados.

Art. 106 - A execução das Provas Zootécnicas, visando à aptidão corte e/ou leite, é feita com base em regulamentações específicas e complementares a este regulamento.

Art. 107 - A ABCC manterá um setor destinado a receber denúncias e reclamações de seus associados, técnicos e/ou filiadas, denominado de **Ouvidoria**.

§ 1º - Ao reclamante ou denunciante será facultado o direito de não se identificar, ficando ciente que neste caso apenas terá acesso ao resultado através do número de protocolo.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

§ 2º - A Ouvidoria funcionará através de telefone específico, e-mail próprio ou link no site da Associação, destinados apenas para o recebimento e registros das denúncias e reclamações.

§ 3º - As denúncias/reclamações receberão um número de protocolo onde constará: data, hora e número de ordem, independente do meio por qual for registrada.

§ 4º - As denúncias/reclamações serão averiguadas de acordo com sua gravidade, primeiramente pelo superintendente técnico, o qual poderá nomear uma comissão para apuração dos fatos e terão um prazo máximo de até 90 dias a contar da data do recebimento para averiguação.

§ 5º - Na impossibilidade de conclusão da apuração dos fatos no período estabelecido no parágrafo anterior, o reclamante deverá ser informado mensalmente sobre o andamento do processo, até sua efetiva conclusão.

§ 6º - A Ouvidoria deverá elaborar relatórios semestrais de recebimento de denúncias/reclamações, contendo número de protocolo, destinação, data, estágio de processamento e informações sobre a situação da mesma, contendo inclusive uma análise crítica das situações apresentadas e soluções encontradas.

§ 7º - As entidades FILIADAS, deverão obrigatoriamente, seguir a implantação da referida Ouvidoria suas áreas de jurisdição.

Art. 108 - Em atendimento a nota técnica ABCC nº 002/2017, de 20/10/2017, será permitido por um período de 10 (dez) anos, a partir de 26/10/17, para as raças Bhuj, Canindé, Jamnapari, Mambina, Moxotó, Kalahari e Savana a formação de animais PO a partir do acasalamento de machos PC com fêmeas PC, desde que os pais participem de provas de desempenho zootécnico, programa de melhoramento genético ou realize escrituração zootécnica.

Art. 109 - O regulamento do SRGC somente poderá ser modificado por proposta do Conselho Deliberativo Técnico e aprovado pelo MAPA.

Art. 110 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Superintendente do SRGC, em primeira instância; pelo Conselho Deliberativo Técnico, quando houver recurso contra o ato do Superintendente, e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando interposto recurso contra a decisão do CDT.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

ANEXO I

DEFEITOS DESCLASSIFICANTES PARA TODAS AS RAÇAS

- a) Defeitos e pelagens inadmissíveis no padrão da raça.
- b) Agnatismo, prognatismo e inhatismo.
- c) Olhos com íris despigmentada.
- d) Cegueira parcial ou total.
- e) Albinismo.
- f) Lordose, Escoliose e/ou Cifose.
- g) Membros fracos e mal aprumados.
- h) Monorquidismo ou criptorquidismo.
- i) Testículos atrofiados.
- j) Hiperplasia testicular unilateral ou bilateral.
- k) Hipoplasia testicular unilateral ou bilateral.
- l) Hermafroditismo.
- m) Qualquer anormalidade dos órgãos sexuais.
- e) Úbere com assimetria acentuada ou excessivamente penduloso, com o "fundo" passando dos jarretes.
- f) Tetos extras ou tetos com duplo esfíncter nos machos (Exceto nas raças Bôer, Savana e Kalahari, nos termos do padrão específico).
- g) Tetos extras ou tetos com duplo esfíncter nas fêmeas (Exceto para a Raça Bôer, Savana e Kalahari, nos termos do padrão específico).
- h) Esterilidade comprovada ou defeitos que impeçam a reprodução.
- i) Defeitos físicos, ou de nascença.
- j) Pele despigmentada.
- k) Relaxamento excessivo dos músculos abdominais.
- l) Ancas excessivamente estreitas, que possam interferir na parição.
- m) Peitos excessivamente estreitos, interferindo nos aprumos.
- n) Masculinidade, nas fêmeas.
- o) Feminilidade, nos machos.
- p) Hérnia umbilical.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

ANEXO II

TABELA DE PONTOS

POTUAÇÃO	LEITEIRA		CORTE		DUPLA APTIDÃO	
	MACHOS	FÊMEAS	MACHOS	FÊMEAS	MACHOS	FÊMEAS
Característica Racial	10	05	10	10	10	05
Cabeça	05	05	05	05	05	05
Paletas e Linha Superior	10	08	10	10	10	08
Membros e Pés	15	12	15	15	15	12
Caracteres Leiteiros	25	20	-	-	15	15
Caracteres de Corte	-	-	25	20	15	15
Capacidade Corporal	25	20	25	25	20	20
Úbere	-	10	-	07	-	08
Ligações Dianteiras	-	06	-	02	-	02
Ligações Traseiras	-	05	-	02	-	03
Textura	-	05	-	02	-	03
Tetos	-	04	-	02	-	04
Aparelho Genital	10	-	10	-	10	-
TOTAL GERAL	100	100	100	100	100	100

PARQUE DE EXPOSIÇÃO Prof. ANTÔNIO COELHO

Av. Caxangá, 2002 – Cordeiro – Recife – PE Fone/Fax: (81) 3228 2606 / 3226 7209

CEP 50.711-000 Caixa Postal 7222

CNPJ 11.547.684/0001-62

Site: www.abccaprinos.com.br

E-mail: abccaprinos@hotmail.com



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAPRINOS

APROVADO PELO MAPA EM 27/10/2017
Ofício nº 186/2017/SMA – MAPA – Processo SEI nº 21036.002951/2017-32

PARQUE DE EXPOSIÇÃO Prof. ANTÔNIO COELHO
Av. Caxangá, 2002 – Cordeiro – Recife – PE Fone/Fax: (81) 3228 2606 / 3226 7209
CEP 50.711-000 Caixa Postal 7222 CNPJ 11.547.684/0001-62
Site: www.abccaprinis.com.br E-mail: abccaprinis@hotmail.com

PADRÕES RACIAIS

APPROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Ofício nº 186/2017/SMA – MAPA – PRO
SEI nº 21036.002951/2017-92
28/10/2017
MAPA EM 27/10/2017

PADRÃO RACIAL ALPINA

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Média, Cônica, alongada e fina, testa bem proporcionada e descarnada. No macho, barba longa; e na fêmea, ausente ou pouco desenvolvida. Focinho grande e largo		
PERFIL	Sub-Côncavo	Retilíneo	Côncavo ou Convexo
ORELHAS	Finas, retas, estreitas, de tamanho médio, saindo para os lados e para cima, com conchas auriculares alongadas e bem formadas.	Na horizontal	Grandes, pendentes, mal implantadas ou dobradas
CHIFRES	Com chifres ou Amochados		
OLHOS	Grandes, claros, amarelo-pardo ou castanho pardo.		
II. PESCOÇO	Nos machos, forte, bem implantado, e. proporcional ao corpo. Nas Fêmeas, delgado e harmonioso. Com ou sem brinços..		
III. TRONCO	Bem conformado, longo e profundo.		
PEITO	Saliente e amplo; bem largo nos machos.		Excessivamente estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea		
TÓRAX	Profundo, com costelas bem arqueadas.		
VENTRE	Amplo e bem conformado.		
ANCAS	Bem separadas		
GARUPA	Longa e suavemente inclinada.		Muito inclinada e curta.
IV. MEMBROS	Bem conformados, forte e bem separados.		
CASCOS	Pretos e fortes.	Cascos claros e rajados.	

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCCLASSIFICANTE
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Desenvolvidos, bem conformados e móveis.		
BOLSA ESCROTAL	Tamanho médio, pele solta e flexível		
VULVA	Bem conformada com lábios delicados e de coloração rósea.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Volumoso, bem inserido, livre de carnosidades e simétricos.		
TETOS	Tamanho médio, bem dispostos, apontando para baixo e ligeiramente para a frente.		
VII PELAGEM	"Chamoisêe": Castanho-parda, apresentado listra preta da nuca até a garupa, ventre preto, chanfro e parte distal dos membros preto. Pelagem castanho-parda apresentando ou não listra preta da nuca até a garupa, ventre crème, chanfro e parte distal dos membros crème com listras pretas. Pelagem "Mantellée": com a cabeça, pescoço, membros e parte ventral do corpo castanhos, dorso, lombo e flancos castanho escuro ou pretos. Pêlos curtos e lisos.	Pêlos médios na linha dorso-lombar, nos machos.	Pelagem branca; pelagem malhada de branco e preto, castanho e preto. Pelagem preta uniforme. Pelagem repartida. Pêlos longos.
PELE	Epiderme escura, solta e flexível.		Rósea.
MUCOSA	Escuras.		
VIII. APTIDÃO	Leiteira.		

PADRÃO RACIAL ALPINA AMERICANA

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Média, triangular, alongada. Testa bem proporcionada e ligeiramente escavada		
PERFIL	Sub-Côncavo	Retilíneo	Côncavo ou Convexo
ORELHAS	Pequenas ou médias e eretas	Na horizontal	Grandes, pendentes, mal implantadas ou dobradas
CHIFRES	Com chifres ou Amochados		
OLHOS	Grandes, castanho ou café claro		
II. PESCOÇO	No macho: forte bem implantado e proporcional ao corpo. Nas Fêmeas: delgado e harmonioso, com ou sem brinços.		
III. TRONCO	Bem conformado, longo e profundo.		
PEITO	Largo, regularmente saliente e amplo.		Excessivamente estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea		
TÓRAX	Profundo, amplo e largo, com costelas bem arqueadas.		
VENTRE	Amplo, profundo e de boa capacidade		
ANCAS	Bem separadas		
GARUPA	Longa e larga, suavemente inclinada.		
IV. MEMBROS	Fortes, de comprimento médio a alongado, bem aprumados e proporcionais ao corpo		
CASCOS	Fortes e escuros		

V. ÓRGÃOS GENITAIS	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
TESTÍCULOS	Normalmente desenvolvidos e móveis		
BOLSA ESCROTAL	Tamanho médio, pele solta e flexível		
VULVA	Normalmente desenvolvida		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Globoso, volumoso, bem inserido, livre de carnosidades e simétrico. Veias mamárias longas, grossas e tortuosas.		
TETOS	Simétricos, apontando para baixo e um pouco para a frente.		
VII PELAGEM	Policromada, apresentando diversas combinações e opções de cores, tais como: branco com negro, passando por tonalidade creme e parda amarelada, até o pardo-avermelhado. As diversas cores e desenhos recebem nomes franceses, tais como: COU BLANC – Pescoço branco, com parte dianteira branca e parte traseira negra, com listras negras na cabeça desoendo até as nádegas. COU CLAIR – Pescoço claro com parte dianteira da cor canela ou branco mesclado com listras amarelas. COU NOIR – Pescoço e parte dianteira negra e parte traseira branca. SUNDGAU – Marcas e manchas negro com branco, tal como o ventre e o adorno facial. NOIR – totalmente negro.		Pelagem branca
PELE	Solta, flexível e macia, coloração de acordo com a pelagem.		
MUCOSA	Escuras.		
VIII. APTIDÃO	Leiteira	Clara, conforme pelagem.	

PADRÃO RACIAL ALPINA BRITÂNICA

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Média, triangular, alongada. Testa bem proporcionada e ligeiramente escavada		
PERFIL	Sub-Côncavo	Retilíneo	Côncavo ou Convexo
ORELHAS	Pequenas ou médias e eretas	Na horizontal	Grandes, pendentes, mal implantadas ou dobradas
CHIFRES	Com chifres ou Amochados		
OLHOS	Grandes, castanho ou café claro		
II. PESCOÇO	No macho: forte bem implantado e proporcional ao corpo. Nas Fêmeas: delgado e harmonioso, com ou sem brinços.		
III. TRONCO	Bem conformado, longo e profundo.		
PEITO	Largo, regularmente saliente e amplo.		Excessivamente estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea		
TÓRAX	Profundo, amplo e largo, com costelas bem arqueadas.		
VENTRE	Amplo, profundo e de boa capacidade		
ANCAS	Bem separadas		
GARUPA	Longa e larga, suavemente inclinada.		

	IDEAL	PERMISSIVEL	DECLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Fortes, de comprimento médio à alongado, bem apurados e proporcionais ao corpo		
CASCOS	Fortes, cinza escuro.		
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Normalmente desenvolvidos e móveis.		
BOLSA ESCROTAL	Tamanho médio, pele solta e flexível.		
VULVA	Normalmente desenvolvida.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Globoso, volumoso, bem inserido, livre de carnosidades e simétrico. Velas mamárias longas, grossas e tortuosas.		
TETOS	Simétricos, apontando para baixo e um pouco para a frente.		
VII PELAGEM	Cor preta com listras faciais brancas da parte de cima dos olhos até o focinho, cantos e pontas das orelhas, pernas desde os joelhos e jarretes, e triângulo da inserção da cauda brancos.	Listras faciais indefinidas, marcas nas orelhas, marcas creme ou levemente brancas no pescoço e marcas no rosto, manchas cor de areia ao invés de branca, barriga branca e cor preta ferrugem.	Outra pelagem que não seja as descritas.
PELE	Cinza escura.		
MUCOSA	Cinza escura.		
VIII. APTIDÃO	Leiteira.		

PADRÃO RACIAL ANGLONUBIANA

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Bem conformada e proporcional ao corpo.		
PERFIL	Convexo.	Sub-convexo.	Côncavo, ultra-convexo, reto no macho.
ORELHAS	Implantação alta, médias, longas espalmadas, pendentes, dirigidas para fora e voltadas para a frente nas extremidades ultrapassando a ponta do focinho em até 3 cm.	Mais curtas que o focinho, indo até a comissura labial.	Ereitas, pequenas, ou excessivamente longas.
CHIFRES	Chifrudo ou amochado.	Mocho.	
OLHOS	Vivos, grandes e brilhantes.		
II. PESCOÇO	Bem implantado, musculoso, médio com ou sem barbeta, nos machos. Delicado e bem levantado nas fêmeas.		Fino, nos machos.
III. TRONCO	Longo, profundo e bem conformado.		Estreito e curto.
PEITO	Ampla, musculoso e profundo.		
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea e larga.		
TÓRAX	Profundo, costelas bem arqueadas.		
VENTRE	Ampla, profundo e de boa capacidade.		
ANCAS	Bem separadas.		
GARUPA	Longa, larga e suavemente inclinada.		Estreita, curta e acentuadamente inclinada.

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DECLASSIFICANTE
IV. MEMBROS			
CASCOS	Fortes e bem apurados. Fortes e com coloração de acordo com a pelagem .escuros		
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Normalmente desenvolvidos, móveis e médios.		
BOLSA ESCROTAL	Normalmente desenvolvida, pele solta e flexível.		
VULVA	Normalmente desenvolvida.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Volumoso, macio e bem inserido.		
TETOS	Simétricos, dirigidos ligeiramente para a frente.		
VII. PELAGEM	Qualquer pelagem, pelos curtos e brilhantes.	Pêlos médios.	Pêlos longos.
PELE	Solta, predominando a cor escura.		
MUCOSA	Pr predominantemente escura	Clara, conforme pelagem.	
VIII. APTIDÃO	Carne e Leite.		

PADRÃO RACIAL ANGORÁ

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Média, cônica, alongada e fina.		
PERFIL	Retilíneo ou Sub-Côncavo, com topete.		
ORELHAS	Bem implantadas, largas e finas, horizontais ou levemente caídas com o pavilhão voltado para baixo.		
CHIFRES	Cinzentos, achatados, saindo para trás, para cima e para os lados, sempre em espiral e simétricos. Nas fêmeas, mais finos e menos torcidos.		
OLHOS	Escuros, brilhantes, afastados e proeminentes.		
II. PESCOÇO	Delgado, mais forte nos machos.		
III. TRONCO	Curto e profundo.		
PEITO	Largo e profundo, mais saliente nos machos.	Menos saliente.	
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea.		
TÓRAX	Profundo, com costelas bem arqueadas.		
VENTRE	Profundo e bem sustentado.		
ANCAS	Bem separadas.		
GARUPA	Larga e levemente inclinada.		Muito estreita e caída.

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS			
CASCOS	Curto, firmes e bem aprimorados. Claros.		
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Desenvolvidos, firmes e proporcionais.		
BOLSA ESCROTAL	Bem desenvolvida, pele fina e flexível.		
VULVA	Clara, com desenvolvimento normal.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Médio, bem conformado e de inserção firme. Macio ao tato.		
TETOS	Tamanho médio, bem implantados, pele flexível.		
VII. PELAGEM			
	Branca uniforme. Pêlos finos brilhantes e sedosos, com 20 a 30 cm. de comprimento, cobrindo todo o corpo com exceção do focinho, chanfro, orelhas e extremidades dos membros, que são recobertos por pelagem mais curta. Pêlos formando mechas longas e onduladas. Topete sobre a fronte. Barba nos machos.	Amarelada ou prateada uniforme, Pêlos até 12 ou 15 cm, menos longos nas regiões inferiores.	Outras cores. Pêlos menores, curtos ou sem pêlos. Presença de Kemp.
PELE	Rósea e fina.		
MUCOSA	Claros.	Manchas claras e pequenas no focinho e orelhas.	Manchas escuras ou grandes, no corpo.
VIII. APTIDÃO	Pêlo e carne.		

PADRÃO RACIAL BHUJ

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA			
PERFIL	Pequena e bem conformada. Ultra convexo.	Mediana. Convexo.	Grande. Retilíneo e côncavo.
ORELHAS	Implantação baixa e solta, paralelas à face, com as extremidades voltadas para fora, longas, largas e pendentes, ultrapassando a ponta do focinho.	Igualando a ponta do focinho.	Estreita, curta e dobrada.
CHIFRES	Machos: curtos, fortes, chatos, saindo para cima e ligeiramente para trás, quase sempre formando uma leve espiral. Fêmeas: mais delicados, em arco ou levemente para frente.	Ligeiramente amochado. ou assimétrico	Ausência de chifres (Mocho).
OLHOS	Vivos e brilhantes.		
II. PESCOÇO	Bem implantado, proporcional ao corpo, linha superior tendendo a oblíqua. Mais delicado nas fêmeas.		
III. TRONCO	Bem conformado e longo.		
PEITO	Amplo, proporcional ao corpo.		
LINHA DORSO-LOMBAR	Comprida e larga.		
TÓRAX	Amplo, costelas bem arqueadas.		
VENTRE	Amplo e de boa capacidade.		
ANCAS	Bem separadas.		
GARUPA	Comprida e larga.		

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS			
CASCOS	Longos e bem apumados Escuros.		Branco e rajados.
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Normalmente desenvolvidos, médios e móveis.		
BOLSA ESCROTAL	Normalmente desenvolvida.		
VULVA	Normalmente desenvolvida.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Tamanho médio, bem inserido.	Ligeiramente pendentes.	Excessivamente penduloso.
TETOS	Simétricos, proporcionais ao úbere.		
VII. PELAGEM			
	Preta, orelhas e focinhos chitados, pêlos médios nos machos e mais curtos nas fêmeas.	Castanho-escuro. Orelhas brancas, pouco chitadas, focinho preto, gargantilha chitada e branca. Pêlos ondulados e curtos.	
PELE	Solta e escura.		Despigmentada.
MUCOSA	Escura.		Despigmentadas.
VIII. APTIDÃO	Leite, pele e carne.		

PADRÃO RACIAL BOER

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Forte, com fronte proeminente e convexidade regular no chanfro, até o nariz. Narinas amplas e boca bem formada.	Aos seis dentes, a frente da arcada dentária deve ter 100% de oclusão e aos oito dentes e mais velho, 6 mm. de protusão.	
PERFIL	Convexo.	Sub-convexo	Reto e Côncavo.
ORELHAS	Largas, sem dobras espalmadas para baixo e de médio comprimento, de extremidades voltadas para fora.	Pequena dobra na extremidade da orelha.	Orelhas pregueadas no sentido vertical, torcidas, muito curtas.
CHIFRES	Fortes, de cor escura, de médio comprimento, bem posicionado, separados e com gradual curvatura para trás e para baixo.	Amochado.	Mocho e chifres retos.
OLHOS	Marrons e de aparência tranqüila.		Olhos azuis e olhar selvagem.
II. PESCOÇO	Bem implantado, de moderado comprimento e bem proporcionado ao tamanho do corpo. Mais forte nos machos.		Muito longo, muito curto ou muito delgado.
III. TRONCO	Comprido e profundo, largo no dorso, espáduas bem desenvolvidas e com amplas e bem distribuídas massas musculares.		Má distribuição muscular.
PEITO	Ampla, largo, com boa profundidade e com uma profunda e larga massa muscular.		Pouca musculatura. Estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea e ampla		Lordose e Cifose.
TÓRAX	Profundo com costados bem arqueados e musculosos, e com costelas bem separadas. Cernelha ampla e arredondada.		xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxx
VENTRE	Ampla, profundo e de boa capacidade.		
ANCAS	Bem separadas, musculosas e arredondadas.		
GARUPA	Ampla e comprida, com inclinação suave.		Curta, estreita ou excessivamente inclinada.

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Fortes, bem posicionados e proporcionais ao corpo. Articulações fortes e bons aprumos.		xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxx.
CASCOS	Fortes e escuros.		
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Bem desenvolvidos e simétricos.		
BOLSA ESCROTAL	Pele solta e flexível.	Pequena bipartição na extremidade distal, não superior a 5 cm.	
VULVA	Bem conformada.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Bem conformado, com bons ligamentos suspensórios e uma teta funcional em cada hemisfério.	Presença de não mais que duas tetas funcionais e UMA TETA AFUNCIONAL EM CADA METADE DO ÚBERE. EM MACHOS, ATÉ 2 TETAS SEPARADAS EM CADA LADO.	Presença de outras anormalidades que não aquelas descritas como permissíveis.
TETAS	De pequeno a médio tamanho, bem formadas.	NAS FÊMEAS: tetas bipartidas desde que as mesmas estejam separadas em, no mínimo, 50% do seu comprimento. Tetas com duplo esfínter, desde que não haja sinais de divisão da teta, NÃO SE APLICANDO AOS MACHOS	
VII	Pelagem composta, com pêlos vermelhos, variando de claro a escuro na cabeça, pescoço e orelhas; restante do corpo branco.	Cabeça com faixa branca na face. Cabeça e orelhas de coloração vermelha claro a escuro. Mancha vermelha de pelo menos 10 cm. de diâmetro, em ambos os lados da cabeça, excluindo as orelhas, as quais deverão ter, pelo menos, 75% de coloração e de pigmentação. A coloração vermelha do pescoço não pode ultrapassar a linha da base do corpo. Mancha única no tronco não excedendo a 10 cm. de comprimento entre as maiores extremidades. Até 4 (quatro) manchas com, no máximo, 5 cm. de diâmetro nos membros abaixo da linha do ventre. A cauda pode ser vermelha, sendo que sua coloração não pode estender-se no tronco, além de 2,5 cm. a partir da base da cauda	Presença de outros tipos de pelagens a não ser aquelas descritas como permissíveis. Especificamente as pelagens Beges e Pretas.
PELE	Totalmente escura, solta e flexível..	Até 75% pigmentada.	Pêlos longos e ásperos.
MUCOSA	Rosadas.		
VIII. APTIDÃO	Carne e pele, principalmente carne.		

PADRÃO RACIAL CANINDE

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA			
PERFIL	Média, cônica e alongada.		Grande.
ORELHAS	Retilíneo a subcôncavo.		Côncavo e convexo.
CHIFRES	Curtas em forma de lança, rígidas e eretas.	Tamanho médio, pouco rígidas.	Grandes e pendentes.
OLHOS	Simétricos, dirigidos para cima, para trás e para fora. Mais fortes e abertos nos machos.	Ligeira assimetria e chifres paralelos. Amochados.	Mocho.
II. PESCOÇO	Pretos ou castanhos, vivos e brilhantes.		
	Médios e fortes nos machos. Mais comprido e delicado nas fêmeas. Com ou sem brinços.	Curtos e grossos.	
III. TRONCO	Bem conformado e de comprimento médio.		
PEITO	Mais amplo e musculoso nos machos.		
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea e larga.	Ligeira depressão.	
TÓRAX	Largo, profundo, com costelas bem arqueadas e sem depressão atrás das espáduas.	Média profundidade.	Estreito.
VENTRE	Bem ajustado ao conjunto.	Ligeiramente distendido.	Distendido.
ANCAS	Bem ajustadas e niveladas.		
GARUPA	De médio comprimento, largas e ligeiramente inclinadas.	Curtas.	Acentuadamente inclinada.
IV. MEMBROS			
CASCOS	De médio comprimento, fortes e bem apurados. Escuros e fortes.	Cascos rajados ou brancos.	

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCCLASSIFICANTE
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Simétricos e normalmente desenvolvidos.		
BOLSA ESCROTAL	Flexível de pele escura.	Bipartição, desde que esta não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do comprimento da bolsa.	Despigmentada.
VULVA	Perfeitamente desenvolvida.		Despigmentada.
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Bem conformado e com bons ligamentos.	Levemente penduloso.	Excessivamente penduloso.
TETOS	De médio tamanho, simétricos e levemente voltados para frente e para os lados.	Tetos longos.	
VII PELAGEM			
	Pelagem preta predominante, com manchas claras que podem ser brancas, creme ou castanho. Estas manchas claras correspondem a: Faixas na face que partindo da base dos chifres e passando acima dos olhos atingem os lábios; base e bordas das orelhas; entre ganâchas e face anterior do pescoço; extremidade dos membros que nas faces internas progridem até o ventre; ventre e escudo caudal. Nas extremidades claras podem ocorrer ilhas escuras, particularmente nas faces anteriores dos membros. As faixas faciais podem ser incompletas.	Pintas claras nas áreas escuras.	Ventre preto. Malhas claras nas partes escuras, e quaisquer outras pelagens que não a descrita.
PELE	Escura.	Ligeiramente despigmentação nas partes claras.	Pele despigmentada.
MUCOSA	Escura.		
VIII. APTIDÃO			
	Múltipla aptidão: Carne e pele.		

PADRÃO RACIAL JAMNAPARI

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Pequena com frente estreita, curta, descarnada, convexa.	A frente nos machos pode ser mais larga.	Grande.
PERFIL	Ultra convexo.	Convexo.	Sub-convexo.
ORELHAS	Bem compridas, implantação baixa, pendentes e dobradas ao meio longitudinalmente, com bordas sobrepostas em sua principal extensão, a partir do ponto de inserção. Na sua extremidade, dirigindo-se ligeiramente para fora, para cima e para trás. Vistas lateralmente descrevem um semicírculo em direção caudal.		Dobradas ou arqueamentos nos pontos de inserção, orelhas curtas mesmo pendentes e dobradas longitudinalmente. Orelhas largas ou espalmadas.
CHIFRES	Machos: médios, chatos, fortes e saindo para trás, para fora e para baixo. Fêmeas: mais levantados e delicados.	Amochados.	Mocho.
OLHOS	Vivos e castanhos.	Esclerótica amarelada. Castanho claro.	
II. PESCOÇO	Proporcional ao corpo, médio, com barbeta nos machos, bem implantado no tronco. Nas fêmeas, um pouco mais fino e delicado.		
III. TRONCO	Comprido e bem conformado.		
PEITO	Machos: médio, musculoso, coberto de pêlos finos e compridos. Fêmeas: mais delicado.		Excessivamente estreito, interferindo nos apurmos.
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea, tendo o osso sacro um pouco mais alto.	Ligeira depressão.	Selada, forte depressão.
TÓRAX	Médio, amplo, com cobertura muscular média, costelas arqueadas.	Pouco profundo, costelas pouco arqueadas.	Deprimido.
VENTRE	De boa capacidade.		
ANCAS	Médias, com pequena elevação na região sacral.		
GARUPA	Comprida, reta, suavemente inclinada.		Muito inclinada, curta.

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Anteriores: ossatura fina, bem aprumados. Posteriores: fortes, bem aprumados, com pêlos longos até o jarrete.		Defeitos de aprumo.
CASCOS	Fortes, coloração de acordo com a pelagem.		
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Soltos na bolsa escrotal, bem desenvolvidos e simétricos.		
BOLSA ESCROTAL	Bem desenvolvida com pele solta e flexível.		
VULVA	Normalmente desenvolvida.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Bem implantado e médio.		
TETOS	Grandes e simétricos.		
VII. PELAGEM	Qualquer tonalidade. Nos machos, pêlos médios; e nas fêmeas, pêlos curtos; ocorrendo pêlos mais compridos no chanfro, cernelha e culote.		Padrão típico Toggenburg.
PELE	Escura, solta e flexível.		Despigmentada.
MUCOSA	Escura, rosada na parte interna da vulva.		Despigmentada.
VIII. APTIDÃO	Leite, pele e carne.		

PADRÃO RACIAL KALAHARI

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Forte, com fronte proeminente e convexidade regular no chanfro, até o nariz. Narinas amplas e boca bem formada.	Aos seis dentes, a frente da arcada dentária deve ter 100% de oclusão e aos oito dentes e mais velho, 6 mm. de protusão.	
PERFIL	Sub-convexo a convexo.		Côncavo.
ORELHAS	Largas, sem dobras espalmadas para baixo e de médio comprimento, de extremidades voltadas para fora.	Pequena dobra na extremidade da orelha.	Orelhas pregueadas no sentido vertical, torcidas, muito curtas.
CHIFRES	Fortes, de cor escura, de médio comprimento, bem posicionado, separados e com gradual curvatura para trás e para baixo.	Amochado.	Mocho e chifres retos.
OLHOS	Marrons e de aparência tranqüila.		Olhos azuis e olhar selvagem.
II. PESCOÇO	Bem implantado, de moderado comprimento e bem proporcionado ao tamanho do corpo. Mais forte nos machos.		Muito longo, muito curto ou muito delgado.
III. TRONCO	Comprido e profundo, largo no dorso, espáduas bem desenvolvidas e com amplas e bem distribuídas massas musculares.		Má distribuição muscular.
PEITO	Ampla, largo, com boa profundidade e com uma profunda e larga massa muscular.		Pouca musculatura. Estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea e ampla		Lordose e Cifose.
TÓRAX	Profundo com ombros bem arqueados e musculosos, e com costelas bem separadas. Cernelha ampla e arredondada.		
VENTRE	Ampla, profundo e de boa capacidade.		
ANCAS	Bem separadas, musculosas e arredondadas.		
GARUPA	Ampla e comprida, com inclinação suave.		Curta, estreita ou excessivamente inclinada.

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Fortes, bem posicionados e proporcionais ao corpo. Articulações fortes e bons aprumos.		
CASCOS	Fortes e escuros.		
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Bem desenvolvidos e simétricos.		
BOLSA ESCROTAL	Pele solta e flexível.	Pequena bipartição na extremidade distal, não superior a 5 cm.	
VULVA	Bem conformada.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Bem conformado, com bons ligamentos suspensórios e uma teta funcional em cada hemisfério.		Presença de outras anormalidades que não aquelas descritas como permissíveis.
TETAS	De pequeno a médio tamanho, bem formadas. Com único esfínter em cada teta		Mais que uma teta em cada hemisfério e duplo esfínter em cada teta.
VII PELAGEM	Pelagem marrom, com sombras que variam entre o marrom claro e o marrom escuro.		Presença de outros tipos de pelagens a não ser aquelas descritas como permissíveis.
PELE	Totalmente escura, solta e flexível..	Até 75% pigmentada.	Pêlos longos e ásperos.
MUCOSA	Rosadas.		
VIII. APTIDÃO	Carne e pele, principalmente carne.		

PADRÃO RACIAL MAMBRINA

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA			
PERFIL	Grande, forte e larga.		Pequena.
ORELHAS	Sub-convexo.	Retilíneo nas fêmeas.	Côncavo, ultra convexo.
	Longas, largas e pendentes ultrapassando o focinho e espalmadas; apresentando uma curva para dentro, e para fora nas extremidades.	Menos longas, ultrapassando o focinho.	Orelhas que não ultrapassem o focinho, estreitas e dobradas.
CHIFRES	Nos machos: longos, saindo para os lados em espiral para cima e para trás. Nas Fêmeas: espiralados e dirigidos para trás.	Amochado.	Mochô.
OLHOS	Cinzentos ou pretos.	Azuis.	
II. PESCOÇO			
	Nos machos: musculoso, bem implantado, com ou sem barbeta. Nas fêmeas: delicado.		
III. TRONCO			
PEITO	Bem conformado, longo e profundo.		Estreito, pouco profundo.
	Profundo e largo.		Excessivamente estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBAR			
TÓRAX	Retilínea, larga e longa.		
	Tórax profundo e bem conformado, costelas bem arqueadas.		
VENTRE	Amplo, profundo e de boa capacidade.		
ANCAS	Bem separadas.		
GARUPA	Longa, larga e suavemente inclinada.		Curta, estreita e muito inclinada.

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Medianos, fortes e bem aprumados.		
CASCOS	Fortes, coloração de acordo com a pelagem.		
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Normalmente desenvolvidos.		
BOLSA ESCROTAL	Normalmente desenvolvidos, pele solta e flexível.		
VULVA	Normalmente desenvolvida.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Bem conformado e macio, volumoso e globular.		
TETOS	Simétricos e proporcionais ao úbere.		
VII PELAGEM	Qualquer pelagem.		Características da pelagem Toggenburg.
PELE	Flexível, média, predominantemente a cor escura.		
MUCOSA	Escura.		
VIII. APTIDÃO	Leite, pele e carne.	Mais clara, de acordo com a pelagem.	Despigmentada

PADRÃO RACIAL MOXOTÓ

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA			
PERFIL	Média, cônica e alongada.	Tamanho médio	Grande.
ORELHAS	Sub-Côncavo.	Retilíneo.	Côncavo/convexo.
CHIFRES	Pequenas e levantadas.	Médias.	Grandes e pendentes.
OLHOS	Retilíneos, dirigidos para cima e levemente para trás e para fora, nos machos. Retilíneo, dirigidos para cima e para trás nas fêmeas.	Ligeiramente amochados.	Mocho.
II. PESCOÇO	Vivos e brilhantes.		
	Médio, forte e levantado, nos machos e delicado nas fêmeas, com ou sem brinços.	Curto	Comprido e fino.
III. TRONCO			
PEITO	Bem conformado e musculoso, comprimento médio.		
	Musculoso e amplo nos machos.		Excessivamente estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBAR			
TÓRAX	Retilínea e larga.	Ligeira depressão.	Selada, forte depressão.
VENTRE	Ampla e profundo.	Médio.	Estreito.
ANCAS	Volumoso e bem ajustado ao conjunto.	Ligeiramente distendido.	Distendido.
GARUPA	Bem separadas.	Médias.	Estreitas
	Média e larga.	Curta.	Acentuadamente inclinada.

	IDEAL		PERMISSIVEL	DESCCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Fortes, médios e bem aprumados.			
CASCOS	Escuros.			Fracos e mal aprumados.
V. ÓRGÃOS GENITAIS				Rajados e brancos.
TESTÍCULOS	Normalmente desenvolvidos e simétricos.		Médios.	
BOLSA ESCROTAL	Normalmente desenvolvida, de pele escura.			Despigmentada.
VULVA	Conformação e tamanhos normais.			Despigmentada.
VI. APARELHO MAMÁRIO				
ÚBERE	Bem conformado, médio.			
TETOS	Simétricos, proporcionais ao úbere.			
VII PELAGEM	Branca ou baia. Há uma listra negra descendo da base dos chifres, podendo formar uma auréola em torno das cavidades orbitárias, descendo até a ponta do focinho, sendo mais larga no macho. Listra negra em mais de 50% da linha dorso-lombar. O ventre, o úbere e membros na parte distal pretos, podendo estes últimos apresentarem pequenas manchas brancas. Triângulo negro na nuca. Pêlos curtos e brilhantes.		Pêlos claros na extremidade ventral da bolsa escrotal. Listra negra atingindo 50% da linha dorso-lombar. Linha alba branca.	Pêlos longos.
PELE	Preta.			Despigmentada.
MUCOSA	Escura.			Clara.
VIII. APTIDÃO	Múltiplas : leite, pele e carne.			

PADRÃO RACIAL MURCIANA

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Tamanho médio, de forma triangular, com frente ampla e sutura fronto-nasal ligeiramente deprimida. Arcadas orbitárias manifestas. Barbiche presente em alguns machos e ausentes nas fêmeas		
PERFIL	Retilíneo ou discretamente subconcavilíneo.		
ORELHAS	De tamanho médio e retas.		
CHIFRES	Com chifres ou amochados.	Mocho.	
OLHOS	Grandes, brilhantes, de cor amarelada com amêndoas pretas ou castanho escuro.		
II. PESCOÇO	Comprido, delgado e cônico nas fêmeas, sendo mais curto e potente nos machos, com boa base de implantação.		
III. TRONCO	Bem proporcionado e com tendência a longimorfose.		
PEITO	Saliente e amplo, principalmente nos machos.		
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea, elevando-se ligeiramente até a garupa. Cernelha levemente destacada.		
TÓRAX	Amplo e profundo.		
VENTRE	Amplo e bem conformado.		
ANCAS	Bem separadas.		
GARUPA	Ampla e inclinada. Cauda curta e eréttil.		Excessivamente inclinada.

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Bem proporcionados e de médio comprimento. Bons aprumos.		Aprumos imperfeitos e membros curtos.
CASCOS	Pretos e fortes.		Cascos despigmentados.
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Bem desenvolvidos e simétricos.		
BOLSA ESCROTAL	Bem proporcionada, solta e flexível.		
VULVA	Bem conformada e de coloração escura.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Grande, volumoso, simétrico, com ampla base de implantação. Pele fina e elástica, sem pêlos.		
TETOS	De tamanho médio, fortes e dirigidas para a frente e para fora.		
VII PELAGEM	Uniforme de coloração negra ou vermelho escuro (caoba).. Pêlos curtos nas fêmeas e um pouco maiores nos machos, os quais apresentam uma franja de pêlos compridos, cerdosos e erêteis no bordo superior do pescoço e linha dorso-lombar.		Pelagens de outras cores ou não uniformes.
PELE	Escura.		
MUCOSA	Escura.		
VIII. APTIDÃO	Leiteira		

PADRÃO RACIAL SAANEN

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Média, cônica, alongada e fina; testa bem proporcionada e descarnada. No macho, barba longa; e na fêmea, pequena. Focinho grande e largo.		
PERFIL	Sub-Côncavo ou retilíneo.		Convexo, côncavo.
ORELHAS	Pequenas ou médias, eretas.	Na horizontal.	Grandes e pendentes, mal implantadas e dobradas.
CHIFRES	Com chifres ou amochados.	Mocho.	
OLHOS	Grandes, castanhos claros.		
II. PESCOÇO	Nos machos, forte e bem implantado. Proporcional ao corpo. Nas fêmeas, delgado e harmonioso. Com ou sem brânco.		
III. TRONCO	Bem conformado, longo e profundo.		
PEITO	Saliente e amplo, bem largo no macho.		
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea.		
TÓRAX	Amplo, profundo, costelas bem arqueadas. Grande perímetro do tórax.		
VENTRE	Amplo, profundo e de boa capacidade.		
ANCAS	Bem separadas.		
GARUPA	Longa e larga, suavemente inclinada.		Curta, muito inclinada.

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Fortes, bem proporcionados, alongados e bem apurados.		
CASCOS	Fortes, amarelo claro	Rajados	Pretos
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Normalmente desenvolvidos e móveis.		
BOLSA ESCROTAL	Tamanho médio, pele solta e flexível.		
VULVA	Rosada, normalmente desenvolvida.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Globoso, volumoso, bem insendo, livre de carnosidade e simétrico. Veias mamárias, longas, grossas e tortuosas.		
TETOS	Simétricos apontando para baixo e um pouco para frente.		
VII PELAGEM	Branca com pêlos curtos, finos, cerrados, podendo ser um pouco mais longos na linha do dorso-lombar e nas partes baixas do corpo.	Pequenas manchas escuras no úbere e orelhas. Pintas pretas de até 1 cm em qualquer parte do corpo. Pelagem creme uniforme ou não.	Outras pelagens.
PELE	Rósea.		
MUCOSA	Róseas ou com pequenas manchas escuras.		
VIII. APTIDÃO	Leiteira.		

PADRAL RACIAL SAVANA

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Forte, ligeiramente curva, nariz relativamente amplo e não afinados, boca razoavelmente larga, com lábios superiores e inferiores bem musculosos. Os dentes inferiores deverão se encaixar corretamente na almofada da mandíbula.		Nenhum defeito da boca ou dos maxilares será tolerado.
PERFIL	Sub-convexo a convexo	Ligeiramente retilíneo	Côncavo
ORELHAS	Relativamente grandes e de forma oval, penduradas e caídas junto à cabeça. Deverão ser também bem pigmentadas.		Orelhas pregueadas no sentido vertical, torcidas, muito curtas.
CHIFRES	Fortes, de comprimento médio, moderadamente seprados e bem posicionados, com crescimento para traz e moderada curvatura. Nos machos os chifres são ligeiramente mais pesados e fortes do que nas cabras. Na base deverá haver uma distância razoável entre os chifres. Nos machos devem ser mais forte.		Demasiados longos ou fora de proporção.
OLHOS	Vivos e circundados por pele e pálpebras pigmentadas.		Olhos azuis
II. PESCOÇO	Bem implantados, musculoso e de moderado e comprimento.		Muito longo, muito curto ou muito delgado.
III. TRONCO	Comprido e profundo. Largo no dorso, espáduas bem desenvolvidas e com amplas e bem distribuídas massas musculares.		Má distribuição muscular.
PEITO	Ampla e com uma profunda e larga massa muscular.		Pouca musculatura. Estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBO	Retilínea e ampla		Lordose.
TÓRAX	Profundo com costados bem arqueados e musculosos, e com costelas bem separadas. Cernelha ampla e arredondada.		Cernelha com ligamentos frouxos.
VENTRE	Ampla, profundo e de boa capacidade.		
ANCAS	Bem separadas, musculosas e arredondadas		
GARUPA	Ampla e comprida, com inclinação suave.		Curta, estreita ou excessivamente inclinada.

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Fortes, bem posicionados, e proporcionais ao corpo. Articulações fortes e bons aprumos.		Distância do cotovelo ao casco muito longa. Quartelas compridas.
CASCOS	Fortes e escuros	Pequenas tajas brancas	Insuficiente musculatura. Despigmentados.
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Bem desenvolvidos e simétricos		Pequenos ou anormais
BOLSA ESCROTAL	Pele solta e flexível	Pequena bipartição na extremidade distal, não superior a 5 cm.	Presença de outras anormalidades que não aquelas descritas como permissíveis.
TETAS	Uma teta de cada lado	Até duas tetas separados de cada lado.	
VULVA	Bem conformada com intensa pigmentação.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Bem conformado, com bons ligamentos suspensórios e uma teta funcional em cada lado.	Presença de não mais que duas tetas funcionais individualizadas, em cada metade do úbere.	Presença de outras anormalidades que não aquelas descritas como permissíveis.
TETOS	De pequeno a médio tamanho, bem formadas.		Tetas juntas em forma de cacho.
VII. PELAGEM	Pêlos brancos, curtos e lisos.	Durante os meses de inverno, os caprinos poderão desenvolver uma pequena camada suplementar de pêlos de proteção mais finos e fofos do tipo lã.	Presença de outras que não aquelas descritas como permissíveis.
PELE	Totalmente escura.	Orelhas com intensa pigmentação nas extremidades.	
MUCOSA	Escura.		Pelo pouco pigmentada.
VIII. APTIDÃO	Carne e pele		

PADRÃO RACIAL TOGGENBURG

	IDEAL	PERMISSIVEL	DESCCLASSIFICANTE
I. CABEÇA	Média, cônica e alongada. Fronte larga, notadamente nos machos. Presença de barba bem desenvolvida nos machos, sendo pequena nas fêmeas.		
PERFIL	Sub-Côncavo.	Retilínea.	Côncavo e convexo.
ORELHAS	Pequenas ou médias, levantadas e dirigidas para frente.	Na horizontal.	Grandes, pendentes, mal implantadas ou dobradas.
CHIFRES	Com chifres ou amochado.	Mocho.	
OLHOS	Grandes, castanhos claros e brilhantes.		
II. PESCOÇO	Nos machos, forte, bem implantado e proporcional ao corpo. Nas fêmeas delgado e harmonioso, com ou sem brinços.		
III. TRONCO	Bem conformado, longo e profundo.		
PEITO	Largo, regularmente saliente e amplo.		Excessivamente estreito, interferindo nos aprumos.
LINHA DORSO-LOMBAR	Retilínea.	Com ligeira depressão.	Selada.
TÓRAX	Profundo e largo, amplo e costelas bem arqueadas.		
VENTRE	Amplo, profundo e de boa capacidade.		
ANCAS	Bem separadas.		
GARUPA	Longa, larga, suavemente inclinada.		Curta, estreita e muito inclinada.

	IDEAL	PERMISSÍVEL	DESCCLASSIFICANTE
IV. MEMBROS	Fortes, de comprimento médio e bem aprumados, secos, proporcionais ao corpo.		
CASCOS	Fortes, acinzentados.	Escuros.	
V. ÓRGÃOS GENITAIS			
TESTÍCULOS	Normalmente desenvolvidos e móveis.		
BOLSA ESCROTAL	Tamanho médio, pele solta e flexível.		
VULVA	Normalmente desenvolvida, rósea.		
VI. APARELHO MAMÁRIO			
ÚBERE	Simétrico, bem desenvolvido, sem carnosidade, bem inserido, veias mamárias volumosas, bem desenvolvidas e tortuosas.		
TETOS	Simétricos, tamanho médio, ligeiramente voltados para fora e para frente.		
VII PELAGEM	Cor acinzentada, variando do claro ao escuro, com 2 faixas brancas, contínuas nas fêmeas que, partindo da orelha e passando próximo aos olhos vão terminar ao lado da boca. Ponta do focinho e borda das orelhas brancas. Parte distal dos membros branca, sendo que, na face interna, esta mancha continua até a inserção com o tronco. Triângulo branco na inserção da cauda. Nos machos, pelos lisos e brilhantes, longos a médios, ou curtos. Nas fêmeas, pelos macios, finos e brilhantes.	Axila com pelos brancos, mancha branca de até 2,5 cm.	
PELE	Solta, flexível, macia, clara, acinzentada.		
MUCOSA	Cinza escura.		
VIII. APTIDÃO	Leiteira.		

APPROVADO PELO MAPA EM 27/10/2017
Ofício nº 196/2017/SMA – MAPA – Processo SEI nº 21096.002997/2017-92